



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

EU TAMBÉM QUERO APRENDER

EMILLY RICHELLE TORRES DA COSTA

GOIÂNIA - GO
2022



EMILLY RICHELLE TORRES DA COSTA

EU TAMBÉM QUERO APRENDER

Projeto final de Trabalho de Conclusão de curso apresentado como pré-requisito para a disciplina TCC2 do curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), orientado pela prof.^a. M.^a Bernadete Coelho de Sousa.

Assinatura: _____

GOIÂNIA - GO
2022

EMILLY RICHELLE TORRES DA COSTA

EU TAMBÉM QUERO APRENDER

Data da Defesa: 09 de JUNHO de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ma. Bernadete Coelho
Orientador

Nota

Prof. Ma. Núbia Simão
Examinadora Convidada

Nota

Prof. Ma. Adriana Moraes
Examinador convidado

Nota

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus avós que sempre acreditaram no meu sucesso e que me auxiliaram durante essa jornada, nunca me deixando desistir dos meus sonhos. Dedico também a todos os meus familiares que sempre me incentivaram e me acompanharam nesse processo. Aos personagens presentes nesse vídeo documentário, sem eles a produção desse produto não seria possível. E a todos aqueles que acreditam no desenvolvimento de uma educação 100% inclusiva em Goiânia e em todo o país.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus e Nossa Senhora porque sem eles nada disso seria possível. Agradeço a minha avó Domingas da Costa e meu avô Luiz Barbara por terem sido minha base e todo meu apoio ao longo de toda minha vida, eles que foram pais, avós e amigos, graças a eles estou aqui e sendo quem sou. Ao meu noivo Alexandre Guiaro que esteve me acompanhando nessa jornada desde o início, sempre me acompanhando, incentivando e motivando. Agradeço também a todos os personagens desse documentário, a eles agradeço a disposição em doar seu tempo e por permitir fazer parte dessa história, em especial a minha ex-professora do 5º ano Karla Barbosa que foi uma peça fundamental para a elaboração do produto. Meus agradecimentos também a cinegrafista e editora Sabrina Vilela que esteve comigo ao longo de toda produção. E por fim agradeço a minha orientadora professora mestra Bernadete Coelho por ter acreditado no meu trabalho e por ter me auxiliado durante todo esse processo estando sempre disposta a cooperar com meu trabalho.

“O objetivo da educação inclusiva não é tornar todas as crianças iguais, e sim respeitar e valorizar as diferenças”.

Andrea Ramal

RESUMO

O filme documentário *Eu Também Quero Aprender* é uma produção audiovisual que, tem como proposta mostrar a inclusão educacional de crianças portadoras de necessidades especiais. O objetivo deste trabalho é mostrar a realidade dessa adaptação dentro e fora de sala de aula. A lei de inclusão educacional é do ano 2015. Em uma pesquisa realizada pelo Governo Federal apontou que, 14,2% das matrículas em classes exclusivas capacitadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais, são em escolas regulares inclusivas e, 85% das matrículas em classes exclusivas de escolas são da rede pública. Dessa forma, o presente trabalho foi executado com base em uma pesquisa bibliográfica, utilizando os conceitos de diversos autores, além de contar com entrevistas em profundidade feitas com os personagens do documentário, não foi possível mostrar a realidade dessa inclusão nas redes, pois a Secretária Municipal de Educação negou a solicitação para gravarmos nas dependências das instituições. Concluindo que apesar da lei brasileira de inclusão representar um avanço no setor educacional, percebe-se que ainda não foi inteiramente colocada em prática e existe certo preconceito em relação à acolhida dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais em muitas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. Escola. Alunos especiais. Setor educacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I.....	10
1.1 Inclusão.....	10
1.2 Inclusão Educacional.....	16
1.2.1 Educação.....	16
1.2.2 Paulo Freire na educação infantil.....	21
1.2.3 A inclusão Educacional.....	23
CAPÍTULO II.....	32
2.1 O Documentário.....	32
2.2 Tipos de Documentários.....	34
2.1.1 Modo poético.....	34
2.1.2 Modo Expositivo.....	35
2.1.3 Modo Observativo.....	35
2.1.4 Modo Participativo.....	36
2.1.5 Modo Reflexivo.....	36
2.1.6 Modo Performático.....	37
DESCRIÇÃO DO PRODUTO.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
DIÁRIO DE PRODUÇÃO.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXOS.....	47

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional ou educação inclusiva é um assunto que tem gerado ampla discussão nas redes de ensino seja ela pública ou privada. É muito comum, nos dias de hoje, ver escolas que tenham alunos com alguma necessidade especial e que convive em um ambiente escolar inclusivo, porém ainda é necessário um estudo mais avançado, tanto dos funcionários da escola, quanto da sociedade para se ter um conhecimento a mais, sobre a importância dessa implantação nas escolas e dos desafios ao longo do processo.

Hoje, o ambiente escolar não é igual ao que era conhecido há anos, existe um cenário atual em que pessoas que eram consideradas incapazes de aprender superaram esse preconceito e estão frequentando escolas populares e, não apenas aquelas instituições especializadas para certo tipo de deficiência. A educação inclusiva no universo escolar traz um debate recente que necessita de ser explorado.

Muitos autores indicam que a questão da inclusão educacional, dentro da escola, perpassa o reflexo da vivência enquanto sociedade. Além da reprodução do ato de incluir socialmente, existem outras questões internas, como a falta de comunicação, a infraestrutura, que impossibilitam a educação 100% inclusiva.

Atualmente, percebe-se uma movimentação acima do tema. Muitas pessoas enfrentam a dificuldade de não ser aceito dentro da sociedade, por ter algo que o difere dos demais e, essa indiferença também acontece, com as crianças portadoras de alguma necessidade especial, existe uma campanha na internet que é a #esfosseseufilho, produzida e idealizada pelo grupo “Juntos”, que mostra exemplos reais de como a empatia e informação da sociedade é essencial para a inclusão. Nessa ação, mães dão seus relatos de histórias que aconteceram com seus filhos, por eles possuírem algum tipo de deficiência, em meio a tantas histórias existe uma que conta sobre uma criança autista que estava na escola e teve uma crise e os funcionários não sabiam como lidar com a situação, tiveram que ligar para os pais para que pudessem ir até a instituição acalmar a criança, isso só mostra o quanto o tema inclusão deve ser mais debatido e aprofundado tanto na sociedade quanto nas redes de ensino.

Essa é uma situação que acontece de maneira comum nas escolas brasileiras. A falta de preparo e conhecimento para lidar com essas crianças especiais, isso nos

leva a ver qual a importância de se ter os profissionais especializados e capacitados para lidar com esse tipo de situação. Por lei, toda criança com deficiência tem direito a um educador especial em sala. A nova Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis à pessoa com deficiência, com a oferta de professores para o atendimento educacional especializado.

Diante desse cenário, pode-se observar que há muito para se aprender sobre a inclusão educacional, apesar de existirem leis que asseguram a educação para todos, não se pode negar que o sistema ainda se encontra falho na hora de inserir aqueles com alguma necessidade educacional especial. O tema deve ser debatido, estudado e trabalhado por todos, não apenas na educação, mas também na sociedade, antes de se incluir educacionalmente, é necessário fazer a inclusão social em um todo.

A inclusão educacional não atinge apenas as escolas e os alunos, é uma questão geral que todas as redes de ensino enfrentam juntamente com a sociedade. É uma situação em que todos saem beneficiados, sejam alunos, pais ou educadores, além de todos os membros da sociedade que praticam o ato de incluir.

CAPÍTULO I

1.1 Inclusão

A inclusão segundo o dicionário, é o ato ou efeito de incluir. A etimologia da palavra inclusão vem do latim INCLUDERE, “fechar em inserir, rodear”. Inclusão é o mesmo que colocar dentro alguma coisa que esteja do lado de fora (RUFATTO, 2014). Ao falar em inclusão, nos dias de hoje, parece algo novo, mas o ato de incluir já existe há muito tempo.

Por um longo período, foram praticadas diversas formas de discriminação, rejeição, isolamento, intolerância e a eliminação de pessoas fora dos padrões de um grupo dominante (CASTILHO, 2019). Socialmente, a inclusão é representada por um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade (SIGNIFICADOS, 2017), dessa forma, essa ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar das várias dimensões de seu ambiente, sem sofrer qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito.

A inclusão não é apenas integrar na sociedade, na escola ou na comunidade, mas sim modificar, estruturar e aproximar aquilo que estava distante, não se pode tratar somente como algo que estava de fora, deve ser a oportunidade de pertencer e não ser vista apenas como uma ideia de que aqui se é bem-vindo (CASTILHO, 2019).

O início da inclusão se deu através de documentos que embasam o direito de incluir. Um dos maiores documentos já criados, é a Declaração Dos Direitos do Homem e do Cidadão, criado na França, no início da Revolução Francesa no ano de 1789, que trata a todos em nível de igualdade, atribuindo ao indivíduo, direitos intransferíveis, independente de qual classe pertence. Segundo seu primeiro artigo: “Art.1.º Os Homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum” (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789 p.1).

Somente no século XX, que houve, de fato, uma maior mobilização para tratar do atendimento e procurar soluções mais plausíveis com vistas à proteção e à efetiva inserção da pessoa com deficiência na sociedade.

Com os avanços vivenciados ao longo da primeira década do século XX, com as conferências e congressos e vários países versando sobre “crianças inválidas”, “pessoas com deficiência”, reabilitação, podendo dar maior ênfase às seguintes: Primeira Conferência sobre Crianças Inválidas (Londres/Inglaterra, 1904), Congresso

Mundial dos Surdos (Saint Louis/EUA, 1909), e a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes (Washington D.C./EUA, 1909) (GUGEL, 2007), os sujeitos com deficiência tiveram seus direitos revistos e começaram a ser incluídos na sociedade. Podendo viver em sociedade, trabalhar, estudar e viver de forma harmoniosa com todos a sua volta (THOMÉ; BOZZETTO; PASCHOALI, 2010, p.5).

Essas declarações servem para garantir a cidadania para todos, de acordo com Carvalho (2002), cidadania consiste na presunção de coexistir dentro de uma sociedade os direitos civis, políticos e sociais. Nesta perspectiva, uma sociedade só contempla a cidadania plena quando articula esses três direitos.

O Direito civil: ir e vir, agrupar-se em movimentos como sindicatos, fazer greve etc., possuir seus próprios bens (propriedade privada), livre organização religiosa ou mesmo ideológica. O Direito político: resume-se no ato de votar e ser votado, participar da vida política do país. O Direito social: resume-se nas ações governamentais e da sociedade civil, organizada em ofertar serviços ao cidadão, tais como: saúde, educação, assistência social. Caso algum governo negue algum desses direitos aos seus concidadãos, não se pode afirmar que há uma cidadania plena. Como Carvalho (2002) já afirmara, a cidadania plena é difícil de atingir, uma vez que o jogo de interesses está presente na elaboração de políticas públicas a serem ofertadas na sociedade.

Atualmente no Brasil, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos todos revistos por lei como qualquer outra pessoa considerada comum, contudo isso levou algum tempo para acontecer.

No século XX os princípios da inclusão ganharam força, o que não quer dizer que já tenhamos superado todos os obstáculos e resistências, mas as linhas estão definidas e até mesmo assumidas pela sociedade brasileira. Em termos de constituição a profissionalização é dever da família, da sociedade e do Estado, e sem dúvida a educação profissional constitui uma importante estratégia de inclusão (PANAROTTO; SILVA 2014, p.2).

Com o passar dos anos no Brasil, a inclusão se tornou frequente em nosso cotidiano, o que acabou gerando diversas formas de inclusão, sendo possível citar a inclusão social que é garantia da participação igualitária de todos os membros de uma sociedade, a inclusão educacional, ideia de que todos os cidadãos devem ter acesso ao sistema de ensino.

A inclusão social é uma ferramenta importante na participação e controle social, responsável por garantir os direitos de todos os cidadãos e na manutenção da democracia como regime político igualitário, trata de um conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, seja por alguma deficiência física ou mental, cor de pele, orientação sexual e outras diferenças, que tornam uma pessoa diferente dentro da comunidade (PHOMENTA, 2019). Foi em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que a liberdade e a igualdade entre as pessoas começaram a ganhar espaço para debate e reflexão na contemporaneidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento que marca a história dos direitos humanos. Foi elaborada por diferentes representantes de origens jurídicas e culturais de todo o mundo, a declaração foi proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em Paris, no dia 10 de dezembro do ano de 1948. Foi estabelecida, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos.

A Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como ideal comum a atingir, por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos, tanto entre as populações dos próprios Estados membros, como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição (Declaração Universal Dos Direitos Humanos, Perâmbulo, 1948).

A partir da proclamação, o princípio de que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, passou a reger em boa parte das sociedades. A Declaração universal dos direitos humanos foi um capítulo importante para as pessoas que de alguma forma não tinham acesso aos direitos básicos reconhecidos e, foi um passo importante principalmente na vida das pessoas com algum tipo de deficiência que até então eram marginalizadas.

De acordo com Marcia Angarten (2019), no Brasil a partir da década de 1980, a inclusão social das pessoas com alguma deficiência começou a ser considerada um direito social básico, expresso em importantes documentos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), dentre outros.

Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal de 1988 do Brasil, também apresenta direitos que devem se estender a todas as pessoas, sem exceção.

A Constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi resultado do esforço político pela redemocratização e símbolo do fim do autoritarismo dos militares. É um texto base, que determina os direitos e deveres dos políticos e dos cidadãos do nosso país, foi escrita durante o processo de redemocratização do Brasil ao final da Ditadura Militar. Antes de ser constituída, houve debates em grandes assembleias que se estenderam por mais de um ano, após ser aceita simbolizou o início da Nova República.

Os debates começaram no final da década de 70, se estendendo até a década de 80. Foi em 1988 que se concretizou a constituição, a questão de uma nova constituinte ocorreu em diversos grupos opositores, importantes grupos políticos do país e intelectuais. Esse movimento foi ganhando força na medida em que o regime militar se enfraquecia e conduzia a sua “redemocratização lenta e gradual”, além de terem sido debatidas diversas e mínimas questões, de acordo com a afirmação de Boris Fausto (1994, p. 445): “A elaboração da Constituição de 1988 ficou marcada pela ampla participação de grupos populares e, é a Constituição mais democrática da história do nosso país”.

O texto final da Constituição foi aprovado por Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, e promulgado no dia 5 de outubro de 1988. Contém 250 artigos e é a maior Constituição elaborada na história brasileira, inclusive, estando em vigor até hoje. A Constituição de 88 foi prova definitiva de que o poder dos militares se encerrou, e a Nova República começava.

Segundo Angarten (2019), no Brasil houve uma necessidade de criações de leis que assegurassem os direitos das pessoas portadoras de alguma deficiência, seja ela física ou mental. Ao decorrer dos anos muitas leis foram sendo criadas, causando transtorno, já que as prescrições ficaram espalhadas, dificultando o conhecimento e a aplicação do estatuto, a partir disso foi criada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, unindo em uma única lei os direitos que estavam espalhados em diversos documentos legais de difícil acesso para a população.

Essa lei foi originada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), garantindo então que a inclusão social possa ser construída em nosso meio de uma forma estruturada e sem à visão arcaica. Além de modificar o conceito de deficiente, permite a regulamentação de muitos direitos e responsabilidades.

Segundo Porfírio (2018), alguns grupos sociais ficaram à margem do processo de socialização, não tendo acesso a direitos básicos como educação, emprego, moradia, saúde e alimentação. Para solucionar esse problema os governos, a partir do século XX, passaram a criar medidas de inclusão para as consideradas camadas marginalizadas da população na sociedade.

O assistente social Romeu Kazumi Sasaki (1997, p. 41), diz que a inclusão social é: “Um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

O pesquisador Sasaki (2003), acredita que a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais ou que sofram qualquer tipo de discriminação e, simultaneamente, são capacitadas para assumirem os seus respectivos papéis na sociedade. Para este autor, a sociedade precisa ser modificada, devendo entender que ela precisa ser capaz de atender às necessidades de todos os seus membros, tendo esses como parceiros na discussão de problemas e soluções.

Nas últimas décadas, diversas iniciativas foram tomadas no mundo relacionadas à criação de leis que procuram garantir os direitos de pessoas com alguma deficiência. Apesar de todas as leis e ações que proporcionam a inclusão, ainda existe na sociedade a exclusão social. Segundo a pesquisadora Bezerra (2019, p. 2), a exclusão social é um processo no qual os indivíduos pertencentes a um determinado grupo são impedidos de acessar os bens e serviços que são seus direitos básicos.

Infelizmente, isso ainda acontece nos tempos de hoje por vivermos em uma sociedade preconceituosa incapaz de aceitar as diferenças do próximo. Os excluídos sociais, em sua maior parte são as minorias étnicas, culturais e religiosas, como exemplos, negros, índios, pobres, homossexuais, pessoas portadoras de deficiência, dentre outros.

Segundo Bezerra (2019), no país esse problema está longe de ser resolvido. Com tamanha desigualdade e comportamentos intolerantes, o Brasil tem apresentado diversos casos de exclusão. Existem diversos tipos de exclusão, as mais predominantes em território brasileiro são, exclusão cultural e étnica, conceito atribuído as minorias étnicas e culturais um exemplo a exclusão dos índios e negros, exclusão religiosa, em que pessoas com crenças diferentes são excluídas por não

seguirem a religião “padrão”, um exemplo, os judeus, e por fim exclusão sexual, determinada pela escolha sexual um exemplo a comunidade LGBTQI+.

Existe diversas consequências quando não se tem medidas de inclusão, é necessário pensar que o controle social vem da desigualdade social e a marginalização de pessoas é um fator de atraso para a sociedade (PORFÍRIO, 2018).

Quando uma sociedade possui alto índice de exclusão social, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fica prejudicado. Quanto menor o IDH, maior será o índice de pobreza e exclusão social, e quanto mais pobreza e exclusão, maior é o índice de violência. Segundo Nascimento (1993), quando não há direitos básicos como educação, emprego, moradia, alimentação e saúde, maior é a revolta e menor a expectativa de crescimento social.

Para que a violência e a criminalidade não tomem conta da sociedade, é importante a criação de medidas que buscam a inclusão de categorias marginalizadas da população para a garantia de seus direitos que dessa forma irá beneficiar toda a sociedade. No Brasil, já foram desenvolvidos diversos projetos com o intuito de incluir toda a sociedade, entre eles, os sistemas de cotas, inclusão de deficientes físicos ou portadores de atrasos cognitivos em escolas regulares, programas de assistência social, dentre outros projetos.

1.2 Inclusão Educacional

1.2.1 Educação

Segundo o MEC, a educação é uma prática social que visa o desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. A educação, portanto, não se restringe à escola.

A educação foi e é um processo fundamental para o desenvolvimento dos grupos sociais e das sociedades (OLIVEIRA, 2017). Durante muito tempo, o ensino como instrução formal foi privilégio de poucos que dispunham de tempo e dinheiro para investir. Vale ressaltar que, a educação não se limita a instrução ou a transmissão de conhecimento. A educação está presente desde a antiguidade e foi evoluindo com o passar dos anos, sendo possível elaborar um levantamento histórico sobre educação do período da antiguidade até os dias atuais.

Educação na antiguidade

Na Grécia Antiga, Esparta e Atenas constituiu como princípio de organização social e educativa, o que serviu de modelo para diversas sociedades no decorrer dos séculos (a educação no século XXI deve despertar a curiosidade). A antiguidade foi marcada por dois modelos de educação, espartano e ateniense, a educação em Esparta se baseava na disciplina rígida, no autoritarismo, no ensino de artes militares e códigos de conduta, no estímulo da competitividade entre os alunos e nas exigências extremas de desempenho. Já a educação de Atenas, tinha no seu conhecimento um ideal educativo mais importante, o exercício da palavra, como herança da educação ateniense surgiram os sofistas, considerados mestres da retórica e da oratória, eles ensinavam a arte das palavras para que seus alunos fossem capazes de construir argumentos vitoriosos na arena política. Dentro da mesma matriz intelectual, o filósofo Sócrates propôs ensinar a pensar. Apesar de concepções opostas, tanto o pensamento sofista como o socrático contribuíram para a educação contemporânea, através da valorização da experiência e do conhecimento prévio do aluno, enquanto estratégias que se tornaram relevantes para o sucesso na aprendizagem do aluno na contemporaneidade.

Educação na Idade Média

É possível reconhecer alguns traços da tradição espartana na educação medieval, na época os estudantes eram formados de acordo com o pensamento conservador do período e, a educação era desenvolvida em conjunto com os rígidos dogmas da Igreja Católica, até o século XVII os valores morais e os ofícios responsáveis pela garantia da subsistência eram transmitidos em grande parte dentro dos próprios círculos familiares. Foi com as reformas religiosas e o renascimento, que se iniciou uma nova era para o Ocidente e é marcada pelo ressurgimento das ideias atenienses nos discursos sobre os objetivos da educação. O conhecimento, passou a ser organizado para ser transmitido pela escola, através da autoridade do professor enquanto sujeito detentor do saber e responsável pela ordem e disciplina.

Educação Moderna

Foi esse modelo de educação escolar, centrado na figura do professor como transmissor do conhecimento, que se expandiu ao longo dos séculos XVIII e XIX, impulsionado pela Revolução Industrial e a consequente urbanização e aumento demográfico. Além disso, o fortalecimento e expansão de regimes democráticos, influenciou a reivindicação pelo acesso a escola enquanto direito do cidadão, atribuindo à educação a tarefa de formar cidadãos cientes de direitos e deveres e capazes de exercê-los perante a sociedade.

Em função dessa trajetória histórica, cabe salientar que a educação não atendeu sempre aos mesmos tipos de objetivos e toda a sua análise requer, antes de tudo, um intenso esforço de reflexão e contextualização. Através deste caminho, pode-se melhor compreender métodos e teorias educacionais, pois são observados traços presentes nas práticas educativas atuais que remetem a herança deixada pelos modelos educativos analisados até aqui. Se, de um lado, está o valor da disciplina e do conhecimento a ser transmitido pela escola, de outro lado, está a ideia de que o conhecimento é construído e, conseqüentemente, ninguém ensina nada a ninguém de forma definitiva. Dessa forma, é importante a constatação de que essas correntes de pensamento não se excluem, uma vez que nos dias atuais é necessário conciliar o valor do conhecimento ao valor do engajamento dos alunos como estratégia para sanar as exigências de um mundo em contínuo desenvolvimento e marcado pelo fluxo

constante de informação disponível a uma ampla gama de pessoas situadas em diferentes regiões do mundo.

Educação no Brasil

No Brasil, a educação é fundamentada na Constituição Federal, sendo um direito de todos os indivíduos. É de responsabilidade do governo federal, por meio do Ministério da Educação, dos Estados, município e do Distrito Federal. O artigo 205 da Constituição aponta que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O artigo prevê três objetivos básicos da educação, garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo, prepará-lo para o exercício da cidadania e qualificá-lo para o mercado de trabalho.

Estudos demonstram que a educação no Brasil melhorou nos últimos anos. De acordo com dados fornecidos pelo governo federal, a maioria das crianças do país tem acesso à educação básica, porém ainda existem dificuldades quanto ao avanço do ensino, visto que muitas crianças precisam repetir o ano escolar ou abandonar os estudos para trabalhar. Segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), principal indicador de qualidade da educação básica do país, divulgado em setembro de 2018, o país não alcançou as metas correspondentes aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Em um levantamento sobre educação, realizado pela The Economist Intelligence Unit (EIU) e Pearson International em 2013, o Brasil ocupa a 38ª posição em uma lista de 40 países. Esse ranking, é realizado através da análise de três avaliações realizadas por alunos do 5º ao 9º do ensino fundamental, nas quais consideram-se habilidades cognitivas e de desempenho escolar.

A doutora em Educação Juliana Yade e o diretor de inovação e articulação do Instituto Airton Senna, Mozart Ramos, acreditam que olhar apenas para os resultados obtidos por meio de índices, como o Ideb, limita o processo de ensino-aprendizagem. É preciso olhar para esses resultados e enxergar uma maneira de revisar as políticas educacionais, a fim de propor melhorias para a educação básica. É necessário olhar

para o sistema como um todo, pensando não só nos alunos, mas também nos professores.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a educação no Brasil divide-se em educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação no campo, ensino técnico, ensino superior, pós-graduação/especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Além dessas, existem ainda a educação formal e informal, educação escolar e educação básica.

A educação formal possui reconhecimento oficial e abrange o âmbito escolar, níveis, graus, currículos e diplomas, o saber é apresentado formalmente por meio das disciplinas escolares e é mediado por um educador (SOUSA, 2015). De acordo com as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (Confitea), entende-se por educação não formal:

todo processo de ensino e aprendizagem ocorrido a partir de uma intencionalidade educativa, mas sem a obtenção de graus ou títulos, sendo comum em organizações sociais com vistas à participação democrática. E educação informal como aquela ocorrida nos processos quotidianos sociais, tais como com a família, no trabalho, nos círculos sociais e afetivos (CONFITEA, s/d).

A educação básica corresponde ao primeiro nível de ensino escolar do país, é dividido em três níveis: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Segundo a Lei das Diretrizes Básicas (LDB), durante o período escolar, as crianças e adolescentes devem receber a formação comum necessária para o exercício da cidadania e para progressão nos estudos posteriores. Os municípios atuarão prioritariamente na oferta de vagas de ensino para crianças na educação infantil e no ensino fundamental na rede pública. Ao Estado, cabe o dever de ofertar o ensino fundamental de forma gratuita e universal.

A Classificação Internacional Normalizada da Educação (ISCED) prevê que, a educação básica inclui dois estágios: o primeiro estágio é o aprendizado da leitura, escrita e operações básicas de matemática, o segundo estágio é a consolidação da leitura, escrita e compreensão do meio social histórico.

A educação infantil constitui a primeira etapa do que chamamos de educação básica. Seu objetivo é o pleno desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, de crianças de 0 a 5 anos. Essa etapa da educação, é desenvolvida nas creches (crianças de 0 a 3 anos) e nas pré-escolas. É obrigatório a partir dos quatro anos, e é

dever do Estado ofertá-la. Além disso, a educação infantil pode também ser oferecida em instituições particulares. Em 2013, a LDB foi alterada e passou a determinar que as crianças fossem matriculadas nas escolas, quando completassem 4 anos e não mais a partir dos 6 anos, como previa a versão anterior dessa lei. Foi definido também, que a carga horária mínima anual para a educação infantil seria de 800 horas.

O ensino fundamental corresponde à segunda etapa da educação básica. Seu objetivo é propiciar ao estudante o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além de auxiliar na compreensão do ambiente social, político, das artes e dos valores básicos da sociedade. Em 2006, o ensino fundamental passou de oito para nove anos, a fim de aumentar o tempo das crianças na instituição escolar. A matrícula no ensino fundamental é obrigatória para crianças entre 6 e 14 anos. A responsabilidade da matrícula é das famílias e dos responsáveis, e as vagas devem ser garantidas pelo Estado.

O ensino médio possui características diferentes em cada país. No Brasil, corresponde à última etapa da educação básica e tem como objetivo aprofundar os saberes adquiridos no ensino fundamental, relacionando-os com os conhecimentos necessários para a formação para o trabalho. O ensino médio, deve também oferecer uma formação ética que vise à autonomia e ao pensamento crítico do indivíduo. Para cursar o ensino médio, que tem duração de três anos, é obrigatório que o estudante tenha concluído o ensino fundamental.

A educação vai além da educação formal nas escolas, abrangendo também os âmbitos familiares e sociais. A educação é um dos meios mais importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, é exercida de forma que o indivíduo desenvolva suas habilidades, adequando-se à sociedade. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em uma instituição escolar, a educação é realizada além dos limites da educação formal, abrangendo aquilo que se aprende também no convívio social. Através da educação, produz-se conhecimento e, assim, todas as esferas de um país se desenvolvem. Investir na educação é, portanto, primordial para garantir que o indivíduo exerça sua cidadania e alcance o pleno desenvolvimento. Um país que investe em educação acaba investindo também em todos os outros setores, considerando que a educação abre portas, desenvolve o senso crítico e garante a dignidade de uma sociedade.

A educação no Brasil é deficitária, principalmente na esfera pública de ensino. É necessário que o governo federal e as esferas estaduais e municipais invistam no

setor e garantam um ensino de qualidade para a população. De acordo com Paulo Freire (1996, p. 47): “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção”.

Sintetizando Paulo Freire dentro da educação infantil, em homenagem ao seu centenário e, por ser considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial e o patrono da educação brasileira. O tema central do projeto trata da inclusão educacional principalmente na educação infantil e antes de dar início, vale estudar e analisar seu ponto dentro da educação infantil.

1.2.2 Paulo Freire na educação infantil

Pensar Freire na educação infantil é compreender que a educação é permanente vida, não apenas preparar para viver, mas, em uma constante leitura do mundo, cada vez mais crítica (PRESTES, 2015).

Para ele:

Quando se tira da criança a possibilidade de conhecer este ou aquele aspecto da realidade, na verdade se está alienando-a da sua capacidade de construir seu conhecimento. Porque o ato de conhecer é tão vital como comer ou dormir, e eu não posso comer ou dormir por alguém. A escola em geral tem esta prática, a de que o conhecimento pode ser doado, impedindo a criança e, também, os professores o construam. Só assim a busca pelo conhecimento não é preparação para nada, e sim VIDA, aqui e agora. E é esta vida que precisa ser resgatada pela escola. Muito temos que caminhar para isso, mas é no hoje que vamos viabilizando esse sonho de amanhã. (FREIRE, 1983, p.15).

Em Paulo Freire, é possível compreender o espaço da escola como rico para a problematização do mundo. Em sua obra, ele defende a importância do diálogo, da amorosidade, da crítica da realidade e sua transformação. Comprometeu-se, na teoria e na prática da educação popular, buscando nela a humanização das pessoas e sua instrumentação na luta pela democracia, pelos seus direitos, buscando no homem inacabado, a possibilidade de criar e se recriar, curiosamente aprendendo, lendo o mundo, a realidade em sua volta, em sua linguagem “desvelando” o mundo, superando as dificuldades que a vida nos impõe chegando a “ser mais” (FREIRE, 1983).

Para Freire (1989), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, ou seja, a alfabetização, enquanto descodificação do código da escrita apenas teria significado

se, os sujeitos, as crianças, os jovens ou adultos pudessem emergir de um estado de “coisificação” ou “objeto”, e pudesse “ler” a realidade. Sendo assim, o espaço da educação infantil, torna-se primordial nesta tarefa: fazer com que as crianças possam ler o mundo e descobri-lo pouco a pouco, através da curiosidade, da aproximação à natureza, através da arte, das histórias infantis, entre outras possibilidades.

Para Freire (1999), numa prática pedagógica progressista, ensinar significa inquietar os educandos, desafiando-os ao mundo dado, para que percebam que é um mundo dando-se e que, por isso mesmo, pode ser mudado, transformado, reinventado. Dessa forma, a educação infantil mostra ser um espaço privilegiado, em que as crianças, juntamente com seu professor, estarão em constante desvendamento do mundo, criando e reinventando. O diálogo sobre os conteúdos e sobre a vida objetiva cooperar na formação de um sujeito comprometido com a sociedade, dialogando, além de buscar tornar o espaço educativo da sala de aula infantil um ambiente livre sem licenciosidade e sério, sem autoritarismo, educativo com alegria, mas com compromisso (FREIRE, 1999). O compromisso de diálogo e pronunciamento juntos, amando e confiando, reforçando Freire (1983, p. 27) escreve:

Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão. O amor é compromisso. E esse compromisso exige que (...) eu invente em mim, na minha experiência social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de amar (FREIRE, 1993, p. 57).

O acervo teórico de Paulo Freire, apesar de ser datado em um período anterior ao desenvolvimento da inclusão escolar brasileira, marca na contemporaneidade, uma consonância com o real conceito de inclusão. Sobre isso, Costa e Turci (2011), afirmam que Freire ao propor uma educação dialógica, evidencia em sua prática libertadora uma educação inclusiva.

Pois, as ideais Freireanas ao contrário, defendem uma educação para todos, sem restrições, preconceitos ou discriminação. Nesta perspectiva, Freire ao dar ênfase a práxis libertadora como processo em constante interlocução com o pensamento crítico e a ação, afirma que:

Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora das “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens (FREIRE, 1979, p. 15).

De acordo com a teoria Freireana, Silva et al. (2005, p. 3), pontuam que a dialética inclusão-exclusão se constitui de um processo em transformação, que depende constantemente das relações sociais a qual o indivíduo pertence. Os autores ressaltam que “nesse caso, pode-se fazer um paralelo entre os conceitos freireanos de oprimido e de opressores onde os oprimidos também são, na maioria das vezes, os excluídos em busca de sua inclusão, ou ainda do reconhecimento de sua situação de excluído”.

Freire defende que o homem deve lutar por seus direitos para que possa adquirir significação na sua liberdade perante os opressores. Freire (1979, p. 12) afirma que:

O educador, preocupado com o problema do analfabetismo, dirigiu-se sempre às massas que se supunham “fora da história”; a serviço da liberdade, sempre se dirigiu às massas mais oprimidas, confiando em sua liberdade, em seu poder de criação e de crítica. Os políticos, ao contrário, não se interessavam pelas massas, senão na possibilidade de estas serem manipuladas no jogo eleitoral (FREIRE, 1979, p. 12).

Após sintetizar Paulo Freire na educação infantil e, compreender o seu ponto de vista a respeito da inclusão, será analisada a forma que é realizada a inclusão das crianças especiais nas escolas, como surgiu e o processo histórico que levou ao direito de as crianças com alguma deficiência poder estudar em escolas juntamente com crianças consideradas “normais”.

1.2.3 A inclusão Educacional

A inclusão educacional constitui a prática mais recente no processo de universalização da educação. Ela se caracteriza em princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana.

Segundo Sanchez (2005):

A filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais (com independência de ter ou não deficiência). Trata-se de estabelecer os alicerces, para que a escola possa educar com êxito a diversidade de seu aluno e colaborar com a erradicação da ampla desigualdade e injustiça social (SANCHEZ, 2005).

A educação especial foi caracterizada primeiramente pela segregação e exclusão, em que as pessoas com necessidades especiais eram ignoradas e evitadas. Para Contri e Kroll (2011) foi na década de 1990, com a união das forças políticas e civis no mundo, que a educação especial foi vista de outra forma, principalmente após a proposta da Declaração de Salamanca e da Declaração Mundial de Educação para Todos.

A Declaração de Salamanca, reafirma direitos anteriormente expressos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O direito de cada criança à educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e, foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa, portadora de deficiência, tem o direito de expressar seus desejos com relação a sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados (UNESCO, 1994, p. 1).

Após esta declaração, as crianças deficientes começaram a integrar o grupo de alunos com necessidades educacionais especiais. Desta forma, a educação especial passou a ser vista de uma maneira diferente, tornando um apoio às escolas regulares, através de atendimento educacional especializado, a partir deste ponto que surge o conceito de “Educação Inclusiva”.

A Declaração de Salamanca, foi um documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. A declaração é um documento considerado inovador, porque proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos”, firmada em 1990, em Jomtien. Promoveu, dessa forma, uma plataforma que afirmou o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, bem como a conquista de seus direitos numa sociedade de aprendizagem.

Uma das implicações da Declaração refere-se à inclusão na educação ao afirmar que, o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas devem, nesse sentido, reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, ajustando-se aos ritmos diferentes de

aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através do currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, utilização de recursos e parcerias com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais devem, portanto, receber todo e qualquer apoio extra que possam precisar e que lhes assegure uma educação efetiva.

A Declaração de Salamanca apresenta um modelo estruturado de ação baseada nos parâmetros de uma educação inclusiva no âmbito das necessidades educacionais especiais. Representa, portanto, um marco na história da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais, no âmbito educativo, o princípio da inclusão encontra-se incontrolavelmente ligado à Declaração de Salamanca, na qual se afirma que as escolas “se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras”.

É visto que, a inclusão do deficiente ao meio social e na educação vem se transformando ao longo do tempo, e que melhoras são estudadas e aplicadas, mas muito se tem a fazer para o desenvolvimento da educação especial.

Um grande avanço que pode ser apontado, no que diz respeito à inclusão da criança com necessidades especiais na escola, é a criação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é uma sala que reúne recursos diversos e que desenvolve tarefas direcionadas para a deficiência apresentada pela criança, visando o desenvolvimento mais pleno possível do educando. Este trabalho vem sendo desenvolvido, a partir de análises bibliográficas e da aplicação de questionários, a fim de entender melhor o papel do profissional que faz o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na sala de Recursos Multifuncional.

No Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em educação inclusiva. Foi a partir de 1970, que a inclusão educacional passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. A autora Solange Rogalski, diz que a educação é responsável pela socialização, que é a possibilidade de uma pessoa conviver com qualidade na sociedade, tendo, portanto, um caráter cultural acentuado, viabilizando a integração do indivíduo com o meio.

O direito de todos à educação, está estabelecido na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Goffredo (1999, p.

28), no artigo “Educação: Direito de todos os brasileiros”, destaca que o atual texto constitucional (1988) consagra no Art. 205, a educação como direito de todos e dever do estado e da família, termo referido anteriormente.

Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata de vários aspectos relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência. No capítulo IV, a lei aborda o acesso à Educação e traz avanços importantes, bem como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implantação de recursos de acessibilidade, o texto diz que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis (BRASIL, 2015).

O debate sobre a Educação Especial e Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares, ou seja, as que misturam alunos com e sem deficiência, tem sido intenso nos últimos anos. Atualmente, o Ministério da Educação (MEC), está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que é de 2008.

No artigo *Sistema Educacional Inclusivo: Conceito e Implicações na Política Educacional Brasileira*, as autoras falam que no país:

(...) nos últimos anos, foram propostas iniciativas, visando à ampliação dos índices de matrícula no ensino fundamental e objetivando a universalização do acesso a esse nível de ensino. Mais recentemente, notamos a articulação entre programas de distribuição de renda com o acesso aos programas educacionais, desde a educação infantil, com o lançamento do Programa Brasil Carinhoso, até a educação profissional, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (MICHELS; GARCIA, 2014, p. 160).

Ao longo da última década, a política de educação inclusiva relativa à educação especial, foi difundida particularmente pelo Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, cujos objetivos referem-se, entre outros, a “efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos” (BRASIL, 2005, p. 9).

A perspectiva inclusiva na educação no Brasil vem assumindo, por um lado, uma face democratizante, embora garantindo o reconhecimento do direito à educação de maneira subalterna, com vistas ao trabalho simples. Por outro lado, carrega sentidos humanitários, quando promove ideologicamente, o pertencimento ao sistema educacional e o acesso a padrões mínimos de renda. Tais elementos têm servido de combustível para a aceitação social de uma ofensiva privatista sobre a educação brasileira.

A educação inclusiva no Brasil ainda é bastante recente. Foi apenas na década de 60 que, este assunto começou a ser discutido no país, o que demonstra que esta prática ainda é bastante nova e, por isso, ainda apresenta falhas e obstáculos, para que seja, de fato, aplicada nas escolas (DINIZ, 2020).

Diniz (2020) fala que, os desafios da educação inclusiva no Brasil são muitos e que, é preciso conhecê-los para combatê-los. Dessa forma, se torna possível encontrar uma solução que seja benéfica e eficaz para o problema.

Antes de adentrar nos desafios, vale ressaltar que a educação inclusiva é muito importante e, traz benefícios a escola e a toda sociedade, pautando em cinco pilares que são: toda pessoa tem o direito de acesso à educação, toda pessoa aprende, o processo de aprendizagem de cada pessoa é singular, o convívio no ambiente escolar comum beneficia a todos, a educação inclusiva diz respeito a todos. Esses são pontos de apoio da educação inclusiva, mas essa educação que busca unir grupos de alunos bem diferentes entre si apresentam alguns desafios a serem superados.

Diniz (2020) em seu artigo, fala que os principais desafios enfrentados no Brasil são: a falta de preparo das escolas para lidar com a inclusão, falta de infraestrutura que, não atende às especificidades da educação inclusiva, o preconceito e o déficit de profissionais especializados.

O primeiro desafio, a ser superado no Brasil, é o despreparo da comunidade escolar para lidar com a inclusão. Isso ocorre, porque não possuímos uma educação voltada para inclusão.

A autora explica que: “Quando alunos não especiais têm contato com aqueles que precisam de ações especiais, eles encontram dificuldades para se comunicar, o que faz com que a inclusão não seja alcançada” (DINIZ, 2020).

Além da falta da educação inclusiva, os estudantes, professores, coordenadores, diretores e funcionários, também não possuem capacitação para receber e educar alunos especiais, o que é um empecilho para que a inclusão seja aplicada em sua totalidade.

Outro desafio bastante latente no país, quando o assunto é a aplicação de uma educação inclusiva nas escolas, é a infraestrutura das instituições. Para que a escola, possa aceitar e desenvolver o ensino-aprendizagem de alunos especiais, ela precisa estar devidamente estruturada. E isso significa que, ela deve estar equipada com todos os meios de acesso possíveis, como rampas, banheiros acessíveis, piso diferenciado e demais medidas de acessibilidade. Dessa forma, Diniz (2020) ressalta

que: “Os alunos que precisam de medidas especiais, querem se sentir aceitos e acolhidos, como quaisquer outros, e isso começa na infraestrutura. Se há medidas que atendam às especificidades, então o primeiro passo já foi dado.

O preconceito ainda é um dos maiores desafios da educação inclusiva no Brasil a ser enfrentado. Vale lembrar que, a educação inclusiva engloba os três seguintes grupos: alunos com deficiência; alunos com transtornos globais de desenvolvimento ou transtorno do espectro autista, alunos com altas habilidades ou superdotação. Para Diniz (2020): “O preconceito e a segregação acontecem, muitas vezes, por falta de conhecimento e de reconhecimento do outro como um ser humano igual e merecedor de respeito”.

A pouca visibilidade dada a pessoas especiais no Brasil, fomenta este tipo de preconceito. Ainda hoje, é incomum ver pessoas deficientes em altos cargos, sendo representadas em mídias, consumidas pela grande maioria das pessoas, como jornais, novelas etc., tudo isso, faz com que essas pessoas sejam invisíveis à sociedade. E em ambientes escolares, o preconceito e a segregação podem ser motivo de bullying escolar, uma prática séria e que deve ser combatida a todo e qualquer custo. A única maneira de vencer o preconceito é a partir do contato com o outro, que é diferente e com o desenvolvimento do respeito, por meio da aplicação das competências socioemocionais, no dia a dia escolar.

Ainda hoje, há um déficit de profissionais especializados em educação inclusiva em nosso país, e os que existem, geralmente, são sobrecarregados com funções, que não são suas. E é por isso que este, é um dos grandes desafios da educação inclusiva no Brasil.

Diniz (2020) então explica que:

Para que a inclusão aconteça plenamente, em muitos casos, é necessário que um profissional especializado esteja lado a lado ao estudante especial diariamente. Essa prática é muito importante, pois esse profissional será a ponte entre professor, colegas e aluno especial. E assim, este profissional e o educador regular, traçarão um caminho para desenvolver completamente o aluno. (DINIZ, 2020).

Porém, com o déficit destes profissionais, muitas vezes a inclusão se torna incompleta. Além disso, o que também acontece, é que os profissionais especializados se sentem sobrecarregados, já que precisam desempenhar o papel de

tradutores e, ainda o de professores regulares, quando estes não possuem capacitação para lidar com alunos especiais.

Só conhecer os desafios da educação inclusiva no Brasil não é suficiente, é necessário também conhecer maneiras de contornar esses desafios e, assim incluir alunos especiais em instituições regulares de maneira plena. Diniz (2020) destaca algumas práticas inclusivas que se pode adotar para vencer esses desafios citados: “Dentro da sala de aula: respeite os diferentes ritmos de aprendizado, capacite os educadores e coordenadores de sua escola, foque nas competências e não nas dificuldades dos estudantes”.

O acesso à escola não só promove o desenvolvimento pessoal, mas também, é uma ferramenta social importante para os relacionamentos interpessoais, uma vez que o ambiente escolar é um dos principais espaços nos quais as crianças têm a oportunidade de lidar e construir laços com pessoas de fora das suas famílias. Dessa forma, a inclusão é vantajosa, não somente para os alunos com necessidades especiais, mas também para os demais, que aprendem na prática a conviver com essas diferenças. Afinal, saber lidar com a diversidade é muito importante para o convívio em sociedade. Segundo Urbanek e Ross (2011, p. 63): “O principal objetivo do processo inclusivo, é fazer com que todas as pessoas com deficiência alcancem a independência, a autonomia, a responsabilidade e, por consequência, empoderem-se da sua própria vida”.

Segundo Pereira (2010, p.23), o processo de inclusão escolar no estado de Goiás, teve como marco o ano de 1999, com a criação do Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva (PEEDI). Desde então, a educação inclusiva no ensino básico goiano avançou, já que programas de capacitação foram criados, assim como serviços de apoio e recursos pedagógicos.

Atualmente, percebe-se que o uso da mídia na educação, contribui para o aprendizado e para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular. Estudar a educação escolar das crianças com necessidades especiais reporta não apenas a questões referentes a seus limites e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade.

Em Goiás, existe a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada, Diversidade e Inclusão (SECADI), que busca viabilizar o pleno acesso à escolarização e a participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças. Assim, voltam-se para a

formação inicial e continuada de profissionais da educação, o desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos específicos, a promoção de melhoria da infraestrutura física e tecnológica para as escolas, a indução da oferta de ações de alfabetização e elevação da escolaridade de jovens e adultos, o acompanhamento da frequência escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade social, além da articulação institucional para a implementação de diretrizes do Conselho Nacional de Educação, referentes aos públicos e temáticas da Secretaria.

As ações da SECADI contribuem para a garantia do direito de todos à educação com qualidade e equidade, em um sistema educacional inclusivo, visando não somente ao acesso e permanência, como também à conclusão da trajetória escolar com níveis adequados de participação, aprendizagem e respeito às diferenças, inclusive para os que não tiveram acesso na idade regular, em uma perspectiva de educação ao longo da vida. A SECADI, como órgão específico singular da estrutura organizacional do Ministério da Educação, de acordo com o Decreto nº 9.005 de 14 de março de 2017, tem a competência de planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal, Municípios e as representações sociais, a implantação de políticas para a alfabetização e educação de jovens e adultos, ao longo da vida, para a educação do campo, para a educação escolar indígena, para a educação em áreas remanescentes de quilombos, para a educação nas relações étnico-raciais, para a educação em direitos humanos e para a educação especial, viabilizar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e à educação de jovens e adultos, à educação do campo, à educação dos povos indígenas, à educação em áreas remanescentes de quilombos, à educação para as relações étnico-raciais, à educação em direitos humanos e à educação especial, coordenar ações educacionais voltadas à diversidade sociocultural e linguística, aos direitos humanos e à inclusão, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais de competência da Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades e desenvolver e fomentar a produção de conteúdo, programas de formação de professores e materiais didáticos e pedagógicos específicos às modalidades de ensino e temáticas de sua competência.

Portanto, para se ter uma boa e eficiente inclusão educacional, é necessário o estado juntamente com seus colaboradores driblar os desafios que temos no Brasil para se consolidar um ensino inclusivo para todos. Quanto mais respeitados em suas

diferenças, mais os estudantes e educadores avançam, sejam eles pessoas com ou sem deficiência

CAPÍTULO II

2.1 O Documentário

O documentário é um filme, diferente das produções hollywoodianas, o campo que mais tem destaque no cinema na atualidade, para diferenciar o documentário dos demais filmes é simples, o documentário é um recorte da realidade.

Bill Nichlos (2010) diz que, todo filme é um documentário, o autor busca dizer que até a mais incoerente das ficções é um documentário, pois, ela produz e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela. Para sustentar sua idéia, Nichols divide o filme em duas categorias: o documentário de satisfação de desejos e o de representação social: “Na verdade, poderíamos dizer que existe dois tipos de filme: (1) documentários de satisfação de desejos e documentários de representação social. Cada tipo conta uma história, mas essas histórias ou narrativas são de espécies diferentes” (NICHOLS, 2010. p. 26).

Os documentários de satisfação de desejos são, os que conceituamos como ficção, eles expressam nossos desejos, sonhos, pesadelos e terrores. Eles tornam concretos os frutos da nossa imaginação. Já os documentários de representação social, são aqueles que chamamos de não ficção. Esses filmes representam um mundo que já ocupamos e compartilhamos, ou seja, ele faz um recorte da nossa realidade.

Definir um conceito de documentário não é algo fácil, pois ela é sempre relativa ou comparativa (NICHOLS, 2010). O documentário é definido através do contraste com o filme de ficção ou filme experimental e de vanguarda. Não é apenas uma reprodução da realidade, mas uma representação do mundo atual: “Representa uma determinada visão do mundo, uma visão com a qual talvez nunca tenhamos deparado antes, mesmo que os aspectos do mundo nela representados nos sejam familiares” (NICHOLS, 2010. p. 47).

O documentário é uma possibilidade de enxergar situações cotidianas que, por muitas vezes, passam despercebidas, despertando um novo olhar do mundo, expondo causas e contextos sociais que necessitam de atenção. O documentário trata de assuntos cotidianos em que a sociedade está colocada, vista por outro olhar.

A história do documentário nasceu na mesma época do cinema, os primeiros registros feitos nesse formato foram de caráter documental, em que visava captar

cenas do cotidiano. Os primeiros registros cinematográficos foram feitos pelos irmãos Lumière, em 1885, em um café em Paris.

Após o primeiro filme, vários outros registros foram realizados nesse modelo documental. Nichols (2010) reflete que, a criação do documentário não foi algo intencional, ele nasceu a partir do amor do cinema em captar a vida como ela é, o autor acredita que as primeiras obras dos irmãos Lumiere, deram origem ao documentário.

Os filmes dos irmãos Lumière pareciam registrar o cotidiano conforme ele acontecia. Filmados sem adorno nem rearranjo de montagem, revelam tremeluzente mistério dos acontecimentos. Parecem reproduzir o acontecimento e preservar o mistério (NICHOLS, 2010. p. 118.).

O documentário tem o intuito de levar a opinião ao público e convencê-los, de forma que, ele transmita a voz, e assim defender uma causa e até mesmo apresentar argumentos de acordo com o tema.

A voz do documentário é a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva. Assim como a trama, o argumento pode ser apresentado de diferentes maneiras. A liberdade de escolha é vital para as mulheres que têm de decidir se farão um aborto (NICHOLLS, 2010, p.72).

A voz está claramente relacionada ao estilo, à maneira pela qual um filme, de ficção ou não, molda seu tema e o desenrolar da trama ou do argumento de diferentes formas, mas o estilo funciona de modo diferente no documentário e na ficção. A ideia da voz do documentário representa alguma coisa como “estilo com algo mais”.

O intuito de um documentário é transmitir as ideias de histórias reais. Os documentários trabalham para extrair as histórias que cada um traz, a fim de, estabelecer ligação e não repulsa ou projeção, afirma Bill Nicholls:

Eles podem apelar para nossa curiosidade ou para nosso desejo de uma explicação sobre a política norte-americana em relação às guerras contra Vietnã, Iraque, Granada, Haiti ou Sérvia, por exemplo. Nosso desejo de ouvir uma história que fortaleça nossas pressuposições e predisposições frequentemente nos atrai para certos documentários. (NICHOLLS, 2010, p. 95).

Para a produção de um documentário, além de saber sobre o tema proposto, é necessário fazer uma sequência organizada de elementos, Nicholls diz que:

O documentário, como sequência organizada de sons e imagens, constrói metáforas que atribuem, inferem, confirmam ou contestam valores que cercam as práticas sociais sobre as quais nós, como sociedade, continuamos

divididos. Nos documentários, portanto, falamos dos assuntos que ocupam nossa vida da forma mais apaixonada e perturbadora. Esses assuntos seguem os caminhos de nosso desejo, conforme chegamos a um acordo com o que significa assumir uma identidade, ter uma ligação íntima e particular com alguém e pertencer a uma coletividade (NICHOLLS, 2010, p. 96).

Nichols (2010) divide os documentários e seis grupos: poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático.

2.2 Tipos de Documentários

De acordo com o Nichols (2010), existem os modos de documentário expositivo, observativo, participativo, reflexivo, performático e poético, que, por sua vez, correspondem, a diferentes momentos históricos na evolução da sub-linguagem do cinema que com o passar do tempo passou a ser denominado como cinema documentário. O autor também indica que, é de suma importância não sobrepor equivocadamente modo e forma estilística. Assim, para pensar os diferentes modos documentários, muitas vezes sobrepostos dentre de uma mesma narrativa fílmica, o autor sugere trabalhar com o conceito de “voz” atrelado as narrativas, imagens, asserções e exposições dialógicas do documentário com o mundo.

“Cada documentário tem uma voz distinta, como toda voz que fala, a voz fílmica tem um estilo ou uma natureza própria (...)” (NICHOLS, 2010. p.135). Todo filme documentário tem sua individualidade, cada documentarista utiliza um modo de representação em seu documentário. Esses modos são como uma espécie de assinatura do filme. Segundo o autor esses modos funcionam como subgêneros do documentário. Cada gênero tem sua especificidade como veremos a seguir.

2.1.1 Modo poético

O documentário poético possui uma estética narrativa mais trabalhada, assim, os elementos são montados de forma mais “pensada” pelo cineasta que quer transmitir ao público.

O modo poético é particularmente hábil em possibilitar formas alternativas de conhecimento para transferir informações diretamente, dar prosseguimento a um argumento ou ponto de vista específico ou apresentar proposições sobre problemas que necessitam de solução (NICHOLS, 2010. p. 138).

A montagem deste documentário nem sempre é feita seguindo uma forma cronológica, respeitando as noções de tempo e espaço, ele utiliza de seus recursos para dar um tom poético em sua representação, seus padrões envolvem justaposição e um ritmo temporal diferenciado, Nichols (2010)

2.1.2 Modo Expositivo

No modo expositivo, o documentarista aspira passar a impressão de objetividade. Assim, a voz que narra os fatos, busca julgar as ações do mundo histórico sem com elas se envolver (NICHOLLS, 2010). “O documentário expositivo depende muito de uma lógica informativa transmitida de forma verbalmente. Numa inversão de ênfase tradicional do cinema, as imagens desempenham um papel secundário” (NICHOLS, 2010. p. 143).

O documentário de modo expositivo trata diretamente de questões do mundo histórico, é mais objetivo e com argumentações bem embasadas que proporcionam ao expectador uma linguagem mais clara, de fácil compreensão e que possibilita uma absorção maior de conhecimento sobre o que está sendo exposto.

2.1.3 Modo Observativo

Diferente dos modos poéticos e expositivos os documentários observativos não sacrificam a prática de filmar as pessoas em detrimento da construção de padrões. Esse modo exclui os arranjos sonoros, legendas, reconstruções históricas, ele mostra o que de fato está acontecendo.

“Todas as formas de controle que um cineasta poético ou expositivo poderia exercer na encenação, no arranjo ou na construção de uma cena foram sacrificadas à observação espontânea da experiência vivida” (NICHOLS, 2010. P. 146 e 147).

No modo observativo, a exposição da realidade é feita pelo intermédio da câmera. É como se nem o diretor estivesse ali, em documentários observativos pode-se descartar até as entrevistas conforme afirma NICHOLS (2010), esse modo valoriza a exposição da vida da forma como ela é. “Olhamos para dentro da vida no momento em que ela é vivida. Os atores sociais interagem uns com os outros, ignorando os

cineastas”. (NICHOLS, 2010. p. 148). Ele evita o comentário e a encenação e observa as coisas conforme acontece.

2.1.4 Modo Participativo

O documentário participativo tem uma ligação entrelaçada entre a ficção e a realidade. No cinema-verdade, as entrevistas as pessoas podem ficcionalizar a si mesmas.

Quando assistimos a documentários participativos, esperamos testemunhar o mundo histórico da maneira pela qual ele é representado por alguém que nele se engaja ativamente, e não por alguém que observa discretamente, reconfigura poeticamente ou argumentativamente esse mundo (NICHOLS, 2010. p. 154).

As entrevistas são usadas para juntar diversos relatos em uma única história. NICHOLS (2010) afirma que no modo participativo, o cineasta tenta representar seu próprio encontro com o mundo. Existe uma tentativa de espelhar questões sociais, através de entrevistas e imagens de arquivo de modo participativo.

2.1.5 Modo Reflexivo

O documentário reflexivo está mais preocupado com o próprio processo de representação do mundo exterior do que com aquilo que quer dar a conhecer ao público. Nicholls (2010) conta que os filmes dessa categoria olham para si mesmos, para os seus artifícios de construção. Assim, é comum o realizador, a equipe de filmagem e os equipamentos aparecerem em cena para acentuar para o público que o que aparece na tela é uma construção, fruto de preparação, de trabalho, e não a coisa em si.

NICHOLS (2010) afirma que, esse modo de documentário leva a dois tipos de reflexão, a formal e a reflexão política. A reflexão formal se relaciona a nossa própria suposição e expectativa sobre o documentário em si. E a reflexão política diz respeito as nossas próprias expectativas e suposições sobre o mundo a nossa volta. Esse modo é o que mais se questiona ao mesmo tempo em que é o mais consciente de si. Ele tenta gerar uma reflexão no espectador. “Esses filmes tentam aumentar nossa consciência dos problemas de representação do outro, assim como tentam nos

convencer da autenticidade ou da veracidade da própria representação” (NICHOLS, 2010. p. 164).

2.1.6 Modo Performático

Os documentários performativos são caracterizados pela subjetividade, que traz toda a atenção central do filme, o diretor se torna o personagem principal da história. Segundo Nichols (2010, p. 172): “O documentário performático pode agir como um corretivo para os filmes em que ‘nós falamos sobre eles para nós’. Em vez disso eles proclamam ‘nós falamos sobre nós para vocês’ ou ‘nós falamos sobre nós para nós’”.

Os documentários performáticos têm como característica, mostrar que o mundo não é apenas a bolha em que vivemos, ele tem tonalidades diferentes e é maior do que a nossa visão alcança. Cada documentário tem sua própria linguagem, por essa razão existem esses modos em que os documentários são enquadrados de acordo com suas características, porém isso não significa que cada documentário deve corresponder a apenas um modo específico, um único documentário pode apresentar características de mais de um desses modos.

Para Nichols (2010, p. 136): “Um documentário reflexivo pode conter porções bem grandes de tomadas observativas ou participativas; um documentário expositivo pode incluir segmentos poéticos ou performáticos”.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O vídeo documentário “Eu Também Quero Aprender”, trata de mostrar a realidade da inclusão educacional. O vídeo documentário foi realizado, seguindo as características do documentário reflexivo. O filme tem duração de 21 minutos e 13 segundos onde 9 personagens entre criança portadora de necessidade especial e sua família, especialistas que falam sobre a implementação da educação inclusiva e da importância dessa inclusão na vida das crianças. Os personagens principais são: uma criança autista e seus pais, seus depoimentos são o fio condutor do trabalho. Os especialistas são fontes técnicas que mostram o impacto dessa situação na vida dos personagens e mostram como os professores devem lidar com a situação.

Todos os personagens foram escolhidos, de acordo com a relevância das suas experiências para a construção do trabalho. A família principal tem filho que possui TEA (Transtorno do Espectro Autista) que faz com que essa criança tenha uma certa dificuldade educacional. Em seus testemunhos esses personagens revelam a importância da inclusão educacional na vida de seu filho e os benefícios alcançados a inserir a criança especial no ambiente escolar.

As fontes técnicas foram escolhidas de acordo com os trabalhos que esses profissionais desempenham que, de certa forma, ratifica o testemunho dos demais personagens. A professora especialista em neuro psicopedagogia, Karla Barbosa, foi escolhida pela sua experiência em lidar com a parte psíquica das crianças e por atuar como professora socioemocional. Karla atua na área de psicologia e possui bastante conhecimento e desenvoltura para lidar com as crianças portadoras de necessidades especiais e um longo currículo que a qualifica como especialista no assunto.

A pedagoga especialista em inclusão educacional, Francilene Lisboa, por ter uma ampla vivência e especialização no meio da educação inclusiva, tornando-a hábil a ser uma das fontes técnicas na qual tem maior propriedade para falar sobre o tema proposto.

O advogado especialista em direito educacional Dr, Yuri Jackson, possui um cargo que pode falar com profundidade sobre as questões jurídicas e os direitos nos quais todos aqueles que possuem alguma necessidade educacional especial possuem. Yuri é uma fonte especialista que contribui para explicar quais são os

direitos dos NEE e quais os deveres e obrigações das escolas para receber aqueles com necessidades especiais.

Todas as entrevistas foram gravadas no ambiente de trabalho dos especialistas, a escolha foi feita para deixar o entrevistado mais à-vontade e por conta da logística. Segundo Puccini (2010) uma gravação em estúdio pode deixar o depoimento do personagem mecânico, “em um estúdio, cercado de uma parafernália técnica que seja estranha ao entrevistado, o depoimento pode perder espontaneidade, torna-se mais frio e contido do que em um ambiente de convívio diário, a casa ou local de trabalho do entrevistado”. (PUCCINI, 2010. p. 141).

Algumas gravações de imagem de cobertura e entrevistas foram feitas pela cinegrafista Sabrina Vilela, outras com o auxílio do meu pai André Luiz, os equipamentos usados foram os seguintes: Um iPhone XS Max que tem capacidade de capturar imagens em 4k a 60 fps, e uma câmera profissional Canon Xa11 - 1920 x 1080 com captação de imagens em Full Hd. Foram usados o plano médio e americano para as entrevistas e imagens de cobertura. As imagens de cobertura também contaram com o uso do plano aberto, algumas imagens de apoio foram coletadas da internet, como gráficos, imagens de leis e decretos.

Todas as entrevistas e imagens de cobertura, bem como a decupagem e a produção do roteiro foram feitas entre abril e maio de 2022. A edição foi feita pela editora Sabrina Vilela, em maio de 2022.

O resultado foi a produção de um documentário reflexivo que mostra a realidade da inclusão educacional e seus benefícios para aquelas crianças portadoras de alguma necessidade especial. Esse resultado foi obtido através do depoimento dos personagens, que foram cuidadosamente escolhidos durante o processo de decupagem e produção do roteiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme documentário “Eu Também Quero Aprender” é uma obra que tem por objetivo mostrar o processo e a importância da inclusão educacional. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo, levar a sociedade a refletir sobre a questão da inclusão nas escolas e o quão benéfico é essa inserção para as crianças com alguma necessidade especial. Apesar do documentário focar nessa inclusão, sobre as crianças especiais, é importante mostrar o ponto de vista daqueles ditos normais e estarem vivendo diariamente com aquela criança “diferente”.

O tema e o produto foram escolhidos logo no início do curso quando estava assistindo a uma banca na qual o tema era sobre o espectro autista e o produto um documentário, eu vi ali uma primeira interação com o meu futuro projeto e desde então comecei a pesquisar mais sobre o tema e buscar conhecer escolas que tem esse projeto de inclusão. Ao longo do desenvolvimento do projeto eu pude colocar em prática alguns conteúdos que foram apresentados ao longo do curso inclusive pesquisa de campo, sistematização do pensamento, apuração, elaboração de pautas e roteiros assim como produzir entrevistas.

Para encerrar esse trabalho deixo aqui um pensamento de Nelson Mandela que apesar do tempo, sem mantém atual diante a realidade atual da sociedade brasileira. Mandela diz que a única arma para melhorar o planeta é a educação com ética, ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem ou ainda por sua religião, para odiar as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

DIÁRIO DE PRODUÇÃO

15/02/2022- Início da orientação para TCC 2, remarcado para o dia 16/02/2022 orientanda estava com Covid-19

16/02/2022- Primeira orientação para TCC 2, online

17/02/2022- Assisti o vídeo documentário do aluno Lucas que servira de base para a produção do meu produto, também um vídeo documentário

18/02/2022- Reunião online com possíveis fontes

19-20 e 21/02/2022- Apuração de material para conclusão do trabalho escrito

22/02/2022- Orientação de TCC online, definição de personagens, elaboração de pauta

23 e 24/02/2022- Estudo dos modelos de pauta para a realização final

25/02/2022- Reunião na Escola Municipal Manoel José de Oliveira, reunião com a finalidade de definir data e horário para iniciar as gravações, estudar o projeto de inclusão da escola, por se tratar de uma escola do município era necessário uma autorização da Secretária Municipal de Educação (SME), o pedido foi negado com a seguinte justificativa: “Prezada Emilly, Informamos a Vossa Senhoria que a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia/Superintendência Pedagógica/Diretoria Pedagógica autoriza somente alunos de Mestrado e Doutorado a realizarem pesquisas nas instituições desta Rede de Ensino, uma vez que proporcionamos todas as 371 instituições educacionais como campo de Estágio Curricular Obrigatório às Instituições de Ensino Superior que mantêm Convênio para tal, firmado com a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD)”. Tentei recorrer a Diretoria e infelizmente não obtive a autorização para gravar e estudar a Escola.

08/03/2022-Orientação de TCC, presencial, não pude estar presente.

10/03/2022- Definição final de personagens e elaboração de pautas

14/03/2022- Produção e envio de pautas para aprovação da orientadora, ao todo foram feitas 4 pautas, uma voltada para a neuro psicopedagoga e a pedagoga especializada em inclusão educacional, uma para o advogado especialista em direito educacional, uma para duas famílias na qual os filhos são portadores de deficiência e estudam em uma escola municipal e uma para uma família que o filho estuda na mesma escola que as crianças com deficiência.

15/03/2022- Orientação de TCC, era para ser presencial, mas eu estava com sintomas gripais e tivemos a orientação remotamente, correção das pautas, alteração da proposta no trabalho escrito.

17/03/2022- Correção das pautas

18/03/2022- Pauta com família com filhos especiais caiu, as escolas municipais entraram em greve e ambas as famílias que ia ser personagem foram para o interior.

21/03/2022- Contato para confirmar os dias e o horário para iniciar as gravações com os personagens definidos, Neuro Psicopedagoga, Pedagoga Especialista em Inclusão, Advogado Especialista em Direito Educacional, Família Torres com o filho sem necessidades especiais.

-Procura de novas fontes para substituir os personagens principais, crianças portadoras de deficiência.

-Reunião com o Instituto Ânima de Educação, possível escola a ser estudada para complementar o trabalho audiovisual e escrito. Escola particular que integra crianças com necessidades educacionais especiais.

22/03/2022- Orientação de TCC-presencial, finalização das pautas, início da montagem dos roteiros para gravação.

23/03/2022- Envio das pautas para os personagens

24/03/2022- Aguardando confirmação dos personagens principais para início das gravações.

Reunião on-line com a equipe de produção, para definição do roteiro, captação de imagens, cenários e equipamentos para as filmagens.

Contato com a Sintego- Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás

29/03/2022- Orientação de TCC- presencial, confirmação com os personagens, início dos ajustes no trabalho escrito, definição da data da banca e horário.

30/03/2022- Envio das pautas para os personagens.

04/04/2022- Confirmação das fontes para gravações, semana sem nenhuma resposta positiva todas as fontes tiveram imprevistos e não iniciamos as gravações.

05/04/2022- Orientação de TCC-presencial, voltado totalmente para a produção do trabalho escrito e correção do pré roteiro.

06/04/2022- Em busca de mais fontes caso as já definidas não pudessem gravar.

08/04/2022- Entrando em contato com as fontes novamente para agendar uma nova data e horário para início das gravações, resposta positiva com a Neuro

Psicopedagoga gravação marcada para o dia 11/04/22 às 09:30h, sem mais resposta das demais.

11/04/2022- Primeira gravação feita com a Neuro Psicopedagoga Karla Barbosa, decupagem da gravação e seleção de imagens.

12/04/2022- Dia de Orientação, não pude estar presente por problema de saúde, por conta do feriado muitos personagens não puderam me atender, retomando os trabalhos na segunda-feira 18/04.

18/04/2022- Marcando entrevistas com os restantes, Pedagoga Especialista em inclusão marcada para o dia 19/04 às 15:00h, aguardo resposta do advogado especialista em direito educacional, em falta escola inclusiva e crianças, aguardando o posicionamento da direção do Colégio Galle. Alteração do pré roteiro e projeto escrito.

19/04/2022- Orientação de TCC-Presencial, foi corrigido e alterado o trabalho escrito junto a orientadora.

21/04/2022- Dia de gravação, conteúdo coletado com a Especialista em Inclusão Francilene Lisboa, imagens e falas gravadas com a Família Torres, todas as gravações foram bem-sucedidos. Pausa no projeto prática durante o feriado, retomando as gravações na segunda-feira, 25/04/2022. Correção do trabalho teórico seguindo orientações da Professora Bernadete.

25/04/2022- Atualização do projeto escrito seguindo orientações da Profa. Ma: Bernadete Coelho. Tentativa de contato com a assessoria do advogado Yuri Jackson, não obtendo nenhuma resposta até o fim do dia. Por conta da negativa da secretária municipal de educação a logística do trabalho teve que ser mudada saindo do viés das escolas públicas e indo procurar nas instituições privadas, ao longo do processo fiz contato com cinco instituições de ensino não tendo nenhuma resposta positiva, aguardo posicionamento de um colégio na região metropolitana de Goiânia.

26/04/2022- Entrevistas marcadas com o Advogado Yuri Jackson, Família em que a criança é autista, ambas agendadas para sexta-feira período vespertino. Orientação de TCC-presencial, mais uma correção do trabalho escrito junto com a orientadora, início da decupagem para montagem do vídeo documentário.

29/04/2022- Entrevista com Advogado Yuri Jackson

30/04/2022- Gravação com a família em que o filho é autista

02/05/2022- Finalização das decupagens, criação do roteiro

03/05/2022- Orientação de TCC-presencial, revisão do roteiro e decupagens, correção trabalho escrito.

10/05/2022- Início da primeira edição do produto visual

15/05/2022- Fim da edição, primeira amostra do vídeo documentário pronto

17/05/2022- Definição da banca examinadora, orientação de TCC, apresentação da primeira versão do produto audiovisual

19/05/2022- Correção do produto

21/05/2022- Envio do produto para orientadora para avaliação

23/05/2022- Orientação de TCC- projeto revisado, alguns ajustes foram necessários, alteração de posições e falas.

30/05/2022- Entrega do produto

31/05/2022- Orientação de TCC, última correção do trabalho escrito e aprovação do produto.

01/06/2022- Entrega dos projetos para banca examinadora e para o professor Rogério Borges.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 7-10 jun. 1994.

CONTTRI, Sylvania Maria; KROLL Josiane. **A utilização das mídias na educação para inclusão de pessoas portadores de necessidade especiais**. 2011

COSTA, M.P.R.; TURCI, P.C. **Inclusão escolar na perspectiva da educação para todos de Paulo Freire**. VII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2011/politicas/346-2011.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, p. 445

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999

MICHELS, Maria Helena; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Sistema Educacional Inclusivo: Conceito e Implicações na Política Educacional Brasileira. **Cadernos CEDES**, v. 34, n. 93, p. 157-173, mai-ago, 2014.

NICHOLS, Bill. trad. Mônica Saddy Martins. **Introdução ao documentário**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

PANAROTTO, Janice; SILVA, José Pretto da, **A Inclusão No Contexto Atual**, 2014. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/9206.pdf>. Acesso em 16 de set. 2016

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário**: Da pré-produção à pós-produção. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios práticos na área das necessidades educativas especiais. 1994.

ANEXOS

Pré-roteiro

Tempo: Max 25min

Início: Apresentação da documentarista sobre o tema e dados, nessa parte irei aparecer apresentando o tema e dando dados de porcentagem, OFF+ IMAGENS

Imagens: Crianças brincando, sala de aula, biblioteca, fachada da escola, entrada de alunos na escola, gráficos.

1ª: Entra Diretora da Escola falando sobre o sistema de inclusão do instituto, gravar a diretora em sua sala, orientarei a mesma ao longo do processo e puxar perguntas caso necessário (DIRETORA)

IMAGENS: Diretora falando, sua sala, interação da diretora com professores, diretora com pais e alunos.

2ª: Entra Família 1 falando sobre o sistema da escola e a qualidade do ensino inclusivo (FAMÍLIA 1)

IMAGENS: família na escola, filho interagindo, focar na deficiência da criança caso seja deficiência física

3ª: Entra pedagoga especialista em inclusão, falando da importância da implementação nas escolas e os benefícios. (ESPECIALISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA)

IMAGENS: Especialista falando, crianças brincando, crianças sorrindo, crianças interagindo em sala de aula, crianças se abraçando.

4ª: Entra advogado especialista em direito educacional, nessa parte o advogado irá falar dos direitos da educação para aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial (ADVOGADO)

IMAGENS: mostrar advogado, algumas das leis que forem citadas, estatuto da criança e do adolescente caso o advogado tenha, matérias do escritório.

5ª: Família 1 falando se os direitos são realmente praticados e se eles tinham total conhecimento dos direitos e leis. (FAMÍLIA 1)

IMAGENS: criança sendo recepcionado na escola, mostrar alguma situação na qual o direito está sendo colocado em prática, criança de mãos dadas com os pais, criança sorrindo

6ª: Entra advogado falando da obrigação que a escola tem em se adaptar para receber as crianças com necessidades educacionais (ADVOGADO)

IMAGENS: mostrar imagem de rampas de acesso, banheiros para pcd, calçada para deficiente visual, aluno especial em sala com acompanhante

7ª: Diretora da escola falando da implementação dessa acessibilidade para todos nas dependências da escola (DIRETORA)

IMAGENS: mostrar as formas de implementação sendo usadas pelos alunos

8ª: Entra neuro psicopedagoga falando da importância da inclusão para a saúde psíquica das crianças, e os benefícios que trazem para as crianças enquanto formação em sociedade (NEURO)

IMAGENS: Consultório da neuro, crianças em um ambiente aberto com mais pessoas, criança nas dependências da escola e em sala de aula

9ª: Família 2 falando do benéfico que foi introduzir o filho no ensino, o que eles observaram que mudou, e a relação da escola com a crianças (FAMÍLIA 2)

IMAGENS: filho brincando, criança estudando em sala de aula, criança com a professora

10ª: Volta para neuro que vai falar da importância da relação da escola com os pais, a importância do convívio escolar, a necessidade de um ambiente acolhedor para a criança se sentir mais segura e aceita (NEURO)

IMAGENS: Reunião de pais, convívio da criança com os demais alunos, criança sendo acolhida em um abraço pela professora

11ª: Entra professora que tem a criança especial em sala, falando da dinâmica que ela tem em sala de aula, se fez alguma alteração na metodologia para enquadrar essa criança e se existe uma diferença no ensino para essa criança (PROFESSORA)

IMAGENS: dentro da sala com a professora lecionando, professora explicando a tarefa para a criança, dinâmicas educativas

12ª: Família 2 falando da evolução educativa do filho, o progresso no processo de aprendizagem (FAMÍLIA 2)

IMAGENS: projetos feito pelo aluno, atividades de aprendizagem feito na escola, material escolar, criança pintando

13ª: Volta para a Neuro que irá falar sobre as janelas de aprendizagem e como isso afeta crianças com alguma necessidade especial psíquica (NEURO)

IMAGENS: Neuro, livros.

14ª: Entra especialista em inclusão que vai falar da convivência entre crianças especiais e as ditas normais (ESPECIALISTA INCLUSÃO)

IMAGENS: interação entre diversas crianças, interação em sala de aula

15ª: Família 3 entra dando a opinião do filho estudar em uma escola na qual faz essa educação inclusiva e a importância de se ter esse convívio com alguém “diferente” (FAMÍLIA 3)

IMAGENS: brincando, focar nos brinquedos e na relação entre crianças

16ª: Entra especialista para finalizar falando da qualidade da educação inclusivo, seus benefícios e os desafios que ainda têm que ser superado para uma educação 100% inclusiva

17ª: Neuro falando se acredita na educação inclusiva

**18ª: FINALIZA COM UMA IMAGEM AEREA DA ESCOLA E SOBE FICHA TÉCNICA.
PAUTAS**

PAUTA	
Repórter: Emilly Richelle Editor (a): Emilly Richelle	Retranca Além da Educação: uma educação para todos, a realidade da inclusão educacional
I. Tema/Cabeçalho: Inclusão Educacional Karla Barbosa: Neuro psicopedagoga/ (62) 98487-3916 Dia: 11/04/2022 Horário: 09:30h Endereço: Rua 3- Setor Oeste, Office Tower, sexto andar sala 604 Francilene Lisboa: Pedagoga especialista em inclusão educacional/ (62) 99957-1150 Dia: 21/04/2022 Horário: 09:00h Endereço: Avenida 1, 86 - Setor Nova Vila.	
II. Motivos para a pauta Tal pauta justifica-se pelo tema estar cada vez mais presente em nosso cotidiano e dessa forma conscientizar a todos sobre a inclusão educacional e levar o conhecimento sobre a importância da inclusão nas escolas.	
III. Enquadramento: As fontes para essa produção são, a neuro psicopedagoga Karla Cristina Barbosa, formada em pedagogia pela UEG, atuou por vinte anos dentro de sala de aula lecionando para o fundamental 1, especialização em psicologia e neuro psicopedagogia, hoje atua como professora socioemocional e em consultório. Esse contato é importante pois irá trabalhar a parte psíquica do tema abordado, pontuando os benefícios e os desafios que é para as crianças portadoras de necessidades especiais se adequarem no ambiente escolar. Além da neuro psicopedagoga nessa pauta também iremos trabalhar com a pedagoga especialista em inclusão Francilene Lisboa, pedagoga por formação pela UCG-GO, é atuante na área lecionando para o ensino fundamental na Escola Infantil São José. Fonte importante, pois, tem conhecimento na área de inclusão e trará para o projeto da realidade do processo de inclusão dentro das escolas e das salas de aula.	

Questionar a importância da educação inclusiva, os benefícios que traz para a criança e a família e os desafios encontrados para exercer essa inclusão dentro das escolas, buscar saber de que forma as crianças portadoras de necessidade especiais se adaptam no ambiente escolar juntamente com um profissional especializado, e os benefícios dessa aceitação para o psicológico das crianças.

VI. Sugestão de Perguntas:

1- Neuro Psicopedagoga

- Qual a importância da inclusão educacional para o desenvolvimento psíquico da criança portadora de alguma deficiência?
- O ambiente escolar influencia na adaptação da criança? Se sim quais pontos ajudam?
- Janela de aprendizagem, como funciona essas janelas, existe uma diferença entre as crianças com deficiência para as crianças sem deficiência?
- Em um primeiro contato de uma criança especial no ambiente escolar o auxílio de uma pessoa que já vem acompanhando a criança nosso dia a dia ajuda em sua adaptação ou é melhor um especialista que já tenha experiência de lidar com a situação dentro da sala de aula?
- Quais os pontos positivos para família ao inserir umas crianças com necessidade especiais em um ambiente escolar?

2- Pedagoga Especialista em Inclusão

- O que é e qual a importância da inclusão educacional?
- Quais os pontos positivos da inclusão dentro da escola?
- Quais os maiores desafios dentro da escola para se ter uma educação inclusiva?
- Você enquanto professora, qual o maior desafio dentro de sala de aula para adequar uma criança portadora de necessidades especiais junto com as outras crianças?
- Você acredita nessa Inclusão Educacional?

PAUTA

Repórter: Emilly Richelle
Editor (a): Emilly Richelle

Retranca

Além da Educação: uma educação para todos, a realidade da inclusão educacional

I. Tema/Cabeçalho: Direito Educacional

Advogado Especialista em Direito Educacional Yuri Jackson: (62) 98532-8741

Dia: 29/04/2022

Horário: 17:00h

Endereço: Edifício Buena Vista Office Design, sala 1012

II. Motivos para a pauta

Tal pauta justifica-se, pelo tema estar cada vez mais em foco, e principalmente para levar a população a importância da inclusão educacional e mostrar a todos os direitos que os alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial possuem perante a lei.

III. Enfoque

A fonte principal para essa pauta é o advogado especialista em Direito Educacional Yuri Jackson. É importante abordar a visão jurídica do caso, ressaltar os direitos que os alunos com necessidades educacionais especiais têm, mostrar a importância da vigência dessas leis e direitos e exemplificar de que forma as escolas podem, seguindo os deveres estipulados, se torna um ambiente inclusivo para esses alunos especiais.

VI. Sugestão de Perguntas:

- Quais os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais?
- A importância das leis que garantem o direito à educação para todos
- Poucas pessoas têm o conhecimento dos direitos para os alunos com necessidades educacionais especiais, nesse caso qual o melhor meio para conscientizar as pessoas de que esses direitos existem e pôr em prática?
- Além dos pais as instituições de ensino também não têm os meios necessário para fazer a inclusão, quais são os recursos estipulados para que a escola se torne apta a receber crianças portadoras de necessidades especiais?

PAUTA

Repórter: Emilly Richelle
Editor (a): Emilly Richelle

Retranca

Além da Educação: uma educação para todos, a realidade da inclusão educacional

I. Tema/Cabeçalho: Inclusão Educacional

Família que o filho é autista

Mãe: Juscelina Matos

Pai: Fabrício Pinho

Filho: Rafael Matos

Dia:30/04/2022

Horário:09:00

Endereço: Rua 37, Qd 11 Lt 11, Casa 2- Jardim Bela Vista

II. Motivos para a pauta

Tal pauta justifica-se pelo tema estar cada vez mais presente em nosso cotidiano e dessa forma conscientizar a todos sobre a inclusão educacional e levar o conhecimento sobre a importância da inclusão nas escolas

III. Enquadramento:

VI. Sugestão de Perguntas:

Família 1-

- O que vocês acham do sistema da escola, existe de fato essa inclusão educacional?
- Quais os pontos positivos que o colégio apresenta nesse projeto de inclusão?
- O direito a educação é para todos, contudo existem leis que garantem a melhor qualidade educacional para alunos com necessidades educacionais especiais, vocês têm conhecimento dessas leis e direitos, se sim isso de fato é praticado?

- Vocês acreditam nessa Inclusão Educacional?
- Após a inclusão da criança na rede de ensino foi vista alguma melhora? Quais foram os benefícios dessa inserção? Como vocês veem a relação da escola com a criança?
- O processo educativo feito na escola tem mostrado sucesso? Como a criança desempenha o aprendizado em casa?
- Vocês acreditam nessa Inclusão Educacional?

PAUTA

Repórter: Emilly Richelle
Editor (a): Emilly Richelle

Retranca

Além da Educação: uma educação para todos, a realidade da inclusão educacional

I. Tema/Cabeçalho: Inclusão Educacional

Família na qual o filho não possui necessidades especiais mais estudo em uma escola que pratica a educação inclusiva

Mãe, Andreia Torres, dona de casa: (62) 9 9116-3551

Pai, Marcelo Torres, T.I: (62) 9 8115-8375

Filho, Enzo Torres

Dia: 21/04/2022

Horário: 10:00

Endereço: Avenida Piratininga, Quadra 1A, Número 3, Parque Amazônia

II. Motivos para a pauta

A pauta aborda um tema que tem sido destaque em diversos meios, a inclusão educacional e além de mostrar a realidade daqueles que possuem alguma deficiência e que fazem parte do ensino inclusivo, vale a pena abordar a realidade do ponto de vista daqueles que não apresentam necessidades especiais, mas que convivem com pessoas dentro do ambiente escolar que apresentam cuidados especiais.

III. Enquadramento:

As fontes para a execução dessa pauta é uma família em que o filho não apresenta nenhuma deficiência, mas estuda em uma escola municipal que tem implementado a educação inclusiva, dessa forma trazendo para o nosso material uma visão de fora, uma visão de como é a adequação de uma criança normal com uma criança com alguma necessidade especial. E buscar a opinião dos pais da importância que é o projeto de inclusão e os benefícios que isso traz além da escola.

Para um bom aproveitamento da pauta é importante pegar as opiniões dos pais cujo filho frequenta uma escola inclusiva, qual o ponto de vistas dele em relação ao filho conviver em um ambiente inclusivo e de que forma isso afeta o desenvolvimento da criança, tanto o educacional quanto o social. Além de trazer um relato da própria criança em relação ao convívio.

VI. Sugestão de Perguntas:

- Vocês são a favor da inclusão educacional? Se sim por qual razão?
- Em relação ao filho, vocês vêm que esse convívio afeta de forma positiva ou negativa a rentabilidade da educação?

- De que forma, ter esse convívio com alguém “diferente” tem influenciado na formação dele enquanto sociedade e cidadão, o que vocês percebem que mudou com esse convívio?
- A escola proporciona a interação entre todos os pais, ou é algo individual, e como é a relação com os pais dessas crianças especiais?
- Para o filho: buscar um relato sincero da experiência que ele tem ao conviver com um colega de sala que apresenta necessidades especiais

DECUPAGEM

Neuro Psico Pedagoga- Karla Cristina

A importância da Inclusão

COMEÇA EM: 0:42 TERMINA EM 1:19

...A inclusão é uma das coisas mais incríveis sensacionais que existem...a inclusão é essencial para qualquer tipo de crianças, porém crianças com transtorno ainda mais.

Influência do ambiente escolar

COMEÇA EM 0:12 TERMINA EM 1:25

O Ambiente escolar ele ajuda em todos os sentidos na vida de uma criança...o ambiente escolar tem que ser 100% adaptado.

Janelas de aprendizagem

COMEÇA EM 1:51 TERMINA EM 3:05

...O que é uma janela de aprendizagem...estimular para que essa janela seja estimulada.

Pontos positivos para família

COMEÇA EM 4:35 TERMINA EM 5:30

...A crianças que tem qualquer tipo de necessidade especial...dentro dessa realidade as famílias só colhem frutos só benefícios.

COMEÇA EM 5:37 TERMINA EM 5:57

A gente sabe que não são todas as escolas todos os ambientes que realmente acolhem... trabalhem em conjunto para o desenvolvimento dela.

Especialista ou pessoa que convive no dia a dia

COMEÇA EM 6:35 TERMINA EM 7:21

A uma grande diferença entre uma pessoa que está dentro da casa com a criança...tem que haver uma mão de obra especializada.

Acredita na inclusão educacional

COMEÇA EM 7:42 TERMINA EM 8:23

Eu tenho o prazer trabalhando com inteligência socioemocional...funciona, em alguns lugares sim em outros lugares não

COMEÇA EM 8:38 TERMINA EM 9:32

Infelizmente é uma realidade muito pequena..., mas eu acredito.

Especialista em Inclusão- Francilene Lisboa

A importância da inclusão educacional

COMEÇA EM 0:34 TERMINA EM 01:25

Inclusão abrange tudo, desde o acolhimento até a parte da estrutura da escola...hoje em dia esse quadro mudou, as pessoas com depressão também entram nesse quadro de inclusão

Começa em 1:34 termina em 1:56

Todos nós devemos incluir... e a sociedade no geral tem que estar preparada para receber essas pessoas que são incluídas na sociedade.

A importância da implementação e os benefícios

COMEÇA EM 0:09 TERMINA EM 0:58

A implementação é tudo, porque quando se fala em inclusão na educação...seja concreto com as crianças tanto com os jovens e adultos que fazem parte da inclusão.

Qual o maior desafio dentro de sala de aula

COMEÇA EM 1:24 TERMINA EM 1:56

Nós temos que saber como que eu vou receber essa criança...você tem que estar disposta a lidar com essa situação e não é fácil.

COMEÇA EM 2:01 TERMINA EM 2:52

Mas eu tenho que tomar esse cuidado para não achar que eu to somente colocando a criança ali...só ele sozinho ele não dá conta.

Você acredita em inclusão educacional

COMEÇA EM 3:57 TERMINA EM 4:07

Eu acredito até um ponto...todos ali falem a mesma língua e abracem a mesma causa.

COMEÇA 4:55 EM TERMINA EM 5:25

Então eu tenho que tratar de uma maneira todos os alunos de uma forma igual...e acaba deixando essas crianças no canto segregada e só vai aumentar mais a dificuldade da criança.

Advogado especialista em Direito Educacional- Dr.Yuri Jackson

Quais os direitos dos alunos NEE

COMEÇA EM 00:35 TERMINA EM 01:35

Dentro desse conceito o conselho estadual de educação estabelece algumas normas...através de algumas ferramentas e profissionais que atuam no apoio a esse aluno.

Qual a importâncias das leis

COMEÇA EM 00:07 TERMINA EM 01:02

Essas leis são de extrema importância porque já existem estatísticas na educação que demonstram que alunos que são integrados nas escolas...e acabam tendo um pouco mais de empatia e lições para a própria vida.

Melhor meio para conscientizar sobre os direitos

COMEÇA EM 00:14 TERMINA EM 00:58

A lei já favorece bastante o conhecimento dessas pessoas, principalmente dos pais e responsáveis...para que isso possa ficar mais claro e fácil de entendimento para os pais e responsáveis.

Quais são os recursos para tornar uma escola apta

COMEÇA EM 00:21 TERMINA EM 01:02

Embora tenham tido um tempo bastante...tendo em vista o longo período em que esse tipo de ensino era realizado em escolas de tratamento diferenciado

COMEÇA EM 01:05 TERMINA 02:23

Para que isso aconteça na prática...deve ser incluído na mensalidade e distribuído entre todos os demais alunos.

Família Torres- Mãe Andreia Torres, Pai Marcelo Bispo, Filho Enzo Torres

Vocês são a favor da inclusão educacional

COMEÇA EM 0:21 TERMINA EM 0:28

É um diferencial na vida da criança porque ela pode estar convivendo com outras crianças e isso faz toda diferença.

Em relação ao filho afeta de forma positiva ou negativa

COMEÇA EM 0:41 TERMINA EM 1:15

Hoje lá na escola do Enzo em si não vejo nenhum empecilho...por estar convivendo com uma criança que é autista.

A importância do convívio

COMEÇA EM 1:38 TERMINA EM 2:20

Entender a diferença porque ele passou a conviver com pessoas...eles são todos iguais e tem os mesmos direitos

COMEÇA EM 2:22 TERMINA EM 2:51

É muito importante isso para a gente como sociedade...isso é inclusão.

Família Matos- Mãe Juscelina Matos, Pai Fabrício Pinho, Filho Rafael Matos

Começa em 00:36 Termina em 00:53

“O sistema educacional público não existe, embora algumas instituições se esforcem bastante, tem alguma instituição ou outra que faz o trabalho de inclusão bem-feito, porque se dá por boa vontade dos profissionais”

Começa em 01:38 Termina em 01:55

“O que a gente percebe é que eles se fundamentam muito em números, tem tantas crianças especiais, tantas crianças autistas, recebemos não sei quantas matrículas, gastamos não sei quantos mil, mas não se enquadram na qualidade na efetividade desses números”

Começa em 01:56 termina em 02:19

“E não se preparam, no início a gente foi questionar é porquê a demanda de criança especial foi muita e de autista aumentou na escola e eu falei sim e vai aumentar e vocês tem consciência disso, vocês têm que já começar o ano já com uma previsão, não esperar a criança entrar e sofrer todas as dificuldades.”

Começa em 04:00 Termina em 04:44

“Meu filho está na alfabetização, está no terceiro ano, ele não pode reter a criança, mas mesmo assim ele de acompanhar os coleguinhas dele mas as atividades dele tem que ser adaptada diferente, pq ele tem o atraso de desenvolvimento dele cognitivo ele sempre vai ter isso e eu como mãe nos como família a gente tem essa consciência, tipo assim eu não vou exigir da escola do meu filho que ele se iguale a turma isso nunca vai acontecer, a gente tem essa tranquilidade a gente só espera mesmo é acontecer, não estava acontecendo”

Começa em 05:34 Termina em 06:04

“A minha preocupação especial é que grandes partes da secretaria adotam métodos de progredir as crianças de turmas ou de ano, não retém a criança mesmo ela não tendo aprendido praticamente mais do que a metade que deveria ser colocado para elas naquele período, parece que está tendo um progresso que não é factivo não é palpável”

Começa em 06:07 Termina em 06:43

Meu filho está chegando à metade do terceiro ano e não tem uma leitura de mais de três ou quatro palavras, não tem a compreensão estrita ainda de uma frase simples com um verbo, um sujeito e um predicado e a matemática dele extremamente limitada chego a dizer que nem mesmo soma e subtração consegue abstrair então a gente percebe que o sistema já está preparado para progredir ele sem ele ter o progresso.”

Começa em 06:44 Termina em 07:01

ele e outras crianças típicas também porque mesmo que as crianças com comportamentos típicos mesmo sem saber elas estão indo para frente então assim, isso aí já é um problema geral educacional que vem lá de cima.”

Começa em 07:11 Termina em 07:46

“Os autistas eles aprendem com simples, coisas simples e eles são muito fáceis de aprender, aquela criança que tem capacidade de estar na escola regular, porque tem o autista em vários graus, tem aqueles mais severos que não conseguem acompanhar a escola regular e aí eles vão para outras instituições especializadas, tipo APAE ou Pestalozzi e o Rafael foi diagnosticado e o médico falou que ele pode frequentar escola ter uma vida acadêmica tudo no tempo dele, ele vai conseguir.

Começa em 08:11 Termina em 08:17

Tudo dele tem que ser adaptado de forma diferenciada sabe

Começa em 08:23 Termina em 08:27

então o pessoal tem que ter um preparo mesmo.”

Começa em 09:31 Termina em 10:16

“Estamos sempre buscando de conhecimento das leis, a gente está sempre a par das leis para ampara porque quando a gente vai atrás questionar aí eles já veem com as resoluções internas as diretrizes da secretaria de educação que essas diretrizes essas resoluções que passam por cima das leis, as lei federal de inclusão, então assim é, não é fácil a inclusão a gente sempre vai está tendo que lutar por ela e fazer ela acontecer e a gente acredita que a gente vai conseguir e a gente quer pôr na cabeça das pessoas que elas intendam que isso pode acontecer sim”

Começa em 10:18 Termina em 10:39

os dois últimos anos que meu filho ficou no CMEI foi com as mesmas professoras elas fizeram com ele coisas magníficas, eram três professoras e as três buscavam conhecer o Rafael a necessidade dele,

Começa em 11:20 Termina em 11:39

A escola do Rafael está com um projeto de abrir uma sala multifuncional que é uma determinação do MEC que a escola foi premiada alguma coisa assim, que vai vir recursos financeiros, pedagógicos para ser montado essa sala dentro da escola dele,

Começa em 11:52 Termina em 12:23

o MEC vai mandar valores para a parte pedagógica todinha e isso vai ser bom, essa sala a criança vai ter um espaço além da sala dela, não está bem ali, não consegue ficar na sala, porque eles têm a necessidade de sair aí vão estar em outra sala, nessa sala multifuncional com profissional que vai pegar eles fazer alguma atividade então assim é ir atrás de, sempre dessas coisas, desses recursos para fazer o melhor por eles.”

Começa e termina 14:27

Com 10 meses ele entrou no CMEI

Começa em 14:32 Termina em 14:54

ele saiu de lá com 6 anos e ia para alfabetização, aí veio minha angústia, onde eu iria colocar o Rafael para estudar, e no município que ele trabalha a inclusão é zero, é uma vergonha”

Começa em 15:17 Termina em 16:39

Chegou o momento do Rafael ir para a escola ai o que eu fiz, vou ter que pôr no município, como que eu vou colocar ele na escola, foi um sofrimento muito angustiante por mais que a gente fique forte o tempo inteiro mas é conflitante, ai eu fiquei Deus como que vai para escola, eu sei que é um profissional só para uns 10 meninos na escola ai cheguei a matricular nesse lugar tudo e em uma tristeza ai eu falei assim, amor vamos visitar aquela escola lá perto da nossa casa que a gente mora em outro município que me falaram bem dessa outra escola que é boa, vamos passar lá por acaso, ai eu passei para conhecer a escola que é onde ele estuda agora, e assim logo no início eu me senti bem com o ambiente, senti um acolhimento muito bem com os profissionais que estavam lá a diretora então assim parece que eu fui, foi uma luz para mim para as angustias que eu estava, e nessa rede nesse município que o Rafael

estão os profissionais são preparados, são pedagogos enquanto que na outra rede são só ensino médio qualquer profissional eles não avaliam direito o perfil e lá onde o Rafael esta eles olham muito bem o perfil do profissional”

Começa em 17:28 Termina em 17:56

“Uma grande dificuldade que eu percebo dentro do sistema educacional é que cada prefeito cada governador, ele faz a interpretação da forma que ele acha da lei então, ele vai lá e olha, a tem que ter atendimento especializado, o que ele entende de especializado aí ele vai lá e bola um estágio, bola uma cartilha aí o profissional que vem interessado para suprir aquela demanda.

Começa em 18:49 Termina em 20:07

O autista não tem uma manual de instrução, é exatamente assim que vai ser todas as vezes, não, então cada um tem seu próprio jeito de ser sua própria forma de se relacionar com as pessoas com o mundo com as rotinas e tudo mais, já existe alguns documentários alguns filmes a gente vê e percebe claramente que não tem como, um gosta de pintar outro gosta de pegar com mão ele mesmo fazer o desenho uns gostam muito de cheiros outros gostam muito de, então cada um deles tem sua própria particularidade e inserido dentro de um universo com três tipos de limitações básicas que são cognitiva, interpessoal limitação motora, graças a Deus o Rafael a parte da limitação motora e de relação interpessoal ele tem um desenvolvimento muito próximo da idade dele, só que o cognitivo que está incluindo dentro disso a parte de se expressar é bastante limitado ainda e se não houver a participação, interação do profissional que está lidando diretamente com ele”

Começa em 20:15 Termina em 20:22

Ele é plenamente capaz, a gente sabe disso o que meu filho faz hoje a três quatros anos atras era inesperado para nós.”

Começa em 20:44 Termina em 21:19

A lei determina questões individuais, individualizadas e personalizadas aí o que o gestor faz, o gestor público olha para aquilo ali e fala assim puxa vida isso vai ser um

gasto, aí eu tenho que aprofundar o treinamento do profissional que vai mexer eu tenho que disponibilizar o profissional então ele fica tentando burocratizar o máximo possível essa parte para não ter que arcar com os custos, mas entre aspas criar a sensação de que você está sendo atendido”

ROTEIRO

Tempo: de 15 a 25 min

Início - NO BRASIL A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMEÇOU A SER CONSTITUÍDA NO ANO DE 1994 A PARTIR DA CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, MESMO ANO EM QUE FOI PROCLAMADA A DECLARAÇÃO DE SALAMNCA, UMA RESOLUÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS QUE TRATA DOS PRINCÍPIOS POLÍTICA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. MAS FOI NO DECORRER DOS ANOS 2000 QUE FOI INPLANTADA UMA POLÍTICA DENOMINADA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM NOSSO PAÍS.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NÃO É SIMPLEMENTE TORNAR AS ESCOLAS ACESSÍVEIS, TRATA DE SER PROATIVO NA IDENTIFICAÇÃO DAS BARREIRAS E OBSTÁCULOS QUE OS ESTUDANTES ENCONTRAM NA TENTATIVA DE ACESSO A OPORTUNIDADE DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, BEM COMO NA ELIMINAÇÃO DAS BARREIRAS E OBSTÁCULOS QUE LEV À EXCLUSÃO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DE MODO GERAL, AINDA É UM GRANDE DESAFIO A SER ENCARADO NOS DIAS ATUAIS.

IMAGEM DECLARAÇÃO DE SALAMANCA + SOBREPOR COM VÍDEO ANIMADO DE INCLUSÃO

Entra Sonora Francilene Lisboa falando da importância de incluir

0:34- 01:25

“Inclusão abrange tudo, desde o acolhimento até a parte da estrutura da escola...hoje em dia esse quadro mudou, as pessoas com depressão também entram nesse quadro de inclusão”

Entra Sonora Juscelina falando do sistema educacional público

00:36-00:53

“O sistema educacional público não existe, embora algumas instituições se esforcem bastante, tem alguma instituição ou outra que faz o trabalho de inclusão bem-feito, porque se dá por boa vontade dos profissionais”

Entra Sonora Fabrício falando da dificuldade do sistema educacional

17:28-17:56 / 20:44-21:19

“Uma grande dificuldade que eu percebo dentro do sistema educacional é que cada prefeito cada governador, ele faz a interpretação da forma que ele acha da lei então, ele vai lá e olha, a tem que ter atendimento especializado, o que ele entende de especializado aí ele vai lá e bola um estágio, bola uma cartilha aí o profissional que vem interessado para suprir aquela demanda. A lei determina questões individuais, individualizadas e personalizadas aí o que o gestor faz, o gestor público olha para aquilo ali e fala assim puxa vida isso vai ser um gasto, aí eu tenho que aprofundar o treinamento do profissional que vai mexer eu tenho que disponibilizar o profissional então ele fica tentando burocratizar o máximo possível essa parte para não ter que arcar com os custos, mas entre aspas criar a sensação de que você está sendo atendido”

SOBREPOR COM IMAGENS DE LEIS

Entra Sonora Yuri Jackson falando dos direitos dos alunos com NEE

00:35-01:35

“O conselho estadual de educação estabelece algumas normas...através de algumas ferramentas e profissionais que atuam no apoio a esse aluno”

SOBREPOR COM IMAGENS DO ESCRITÓRIO E CARTELA

Entra Sonora Francilene Lisboa falando da importância da inclusão educacional

01:34-01:56

“Todos nós devemos incluir... e a sociedade no geral tem que estar preparada para receber essas pessoas que são incluídas na sociedade”

Entra Sonora Juscelina falando do histórico escolar do Rafael

14:27/ 10:18-10:39 / 14:32-14:54

“Com 10 meses ele entrou no CMEI, nos dois últimos anos que meu filho ficou no CMEI foi com as mesmas professoras elas fizeram com ele coisas magníficas, eram três professoras e as três buscavam conhecer o Rafael a necessidade dele, ele saiu de lá com 6 anos e ia para alfabetização, aí veio minha angústia, onde eu iria colocar o Rafael para estudar, e no município que ele trabalha a inclusão é zero, é uma vergonha”

Entra Sonora Fabrício Pinho falando do autista

18:49-20:07

“O autista não tem uma manual de instrução, é exatamente assim que vai ser todas as vezes, não, então cada um tem seu próprio jeito de ser sua própria forma de se relacionar com as pessoas com o mundo com as rotinas e tudo mais, já existe alguns documentários alguns filmes a gente vê e percebe claramente que não tem como, um gosta de pintar outro gosta de pegar com mão ele mesmo fazer o desenho uns gostam muito de cheiros outros gostam muito de, então cada um deles tem sua própria particularidade e inserido dentro de um universo com três tipos de limitações básicas que são cognitiva, interpessoal limitação motora, graças a Deus o Rafael a parte da limitação motora e de relação interpessoal ele tem um desenvolvimento muito próximo da idade dele, só que o cognitivo que está incluindo dentro disso a parte de se expressar é bastante limitado ainda e se não houver a participação, interação do profissional que está lidando diretamente com ele”

SOBREPOR COM IMAGENS DO RAFAEL PINTANDO E BRINCANDO EM CASA

SOBREPOR COM UM QUADRO GRÁFICO COM A QUANTIDADE DE MATRÍCULAS DE CRIANÇAS ESPECIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

Entra Sonora Juscelina falando do conhecimento das leis

09:31-10:16

“Estamos sempre buscando de conhecimento das leis, a gente está sempre a par das leis para ampara porque quando a gente vai atras questionar ai eles já veem com as resoluções internas as diretrizes da secretaria de educação que essas diretrizes essas resoluções que passam por cima das leis, as lei federal de inclusão, então assim é, não é fácil a inclusão a gente sempre vai está tendo que lutar por ela e fazer ela acontecer e a gente acredita que a gente vai conseguir e a gente quer pôr na cabeça das pessoas que elas intendam que isso pode acontecer sim”

Entra Sonora Yuri Jackson falando da importância das leis

00:07-01:02

“Essas leis são de extrema importância porque já existem estatísticas na educação que demonstram que alunos que são integrados nas escolas...e acabam tendo um pouco mais de empatia e lições para a própria vida”

SOBREPOR COM IMAGENS DE QUADRO ESTATISTICO SOBRE EDUCAÇÃO

Entra Sonora Família Torres falando da importância do convívio

01:38-02:20

“Entender a diferença porque ele passou a conviver com a pessoa...eles são todos iguais e tem os mesmos direitos.”

SOBREPOR COM IMAGENS DA INTERNET DE ESCOLAS

Entra Sonora Fabrício falando da fundamentação numérica

01:38-01:55/01:56-02:19

“ O que a gente percebe é que eles se fundamentam muito em números, tem tantas crianças especiais, tantas crianças autistas, recebemos não sei quantas matrículas, gastamos não sei quantos mil, mas não se enquadram na qualidade na efetividade desses números” ENTRA SONORA JUSCELINA PARA COMPLEMENTAR “E não se preparam, no início a gente foi questionar é porquê a demanda de criança especial foi muita e de autista aumentou na escola e eu falei sim e vai aumentar e vocês tem consciência disso, vocês tem que já começar o ano já com uma previsão, não esperar a criança entrar e sofrer todas as dificuldades.”

Entra Sonora Juscelina falando do processo de alfabetização

04:00-04:44 / 08:11-08:17 / 08:23-08:27

“Meu filho está na alfabetização, está no terceiro ano, ele não pode reter a criança, mas mesmo assim ele de acompanhar os coleguinhas dele mas as atividades dele tem que ser adaptada diferente, pq ele tem o atraso de desenvolvimento dele cognitivo ele sempre vai ter isso e eu como mãe nos como família a gente tem essa consciência, tipo assim eu não vou exigir da escola do meu filho que ele se iguale a turma isso nunca vai acontecer, a gente tem essa tranquilidade a gente só espera mesmo é acontecer, não estava acontecendo. Tudo dele tem que ser adaptado de forma diferenciada sabe, então o pessoal tem que ter um preparo mesmo.”

SOBREBOR COM IMAGENS DO RAFAEL FAZENDO TAREFA DE CASA

Entra Sonora Karla Barbos falando das janelas de aprendizagem

1:51-3:05

“O que é uma janela de aprendizagem...estimular para que essa janela seja estimulada”

SOBREPOR COM IMAGENS DO CONSULTÓRIO E CRIANÇAS EM SALA

Entra Sonora Juscelina falando que o autista aprende com o simples

07:11-07:46/ 20:15-20:22

“Os autistas eles aprendem com simples, coisas simples e eles são muito fáceis de aprender, aquela criança que tem capacidade de estar na escola regular, porque tem o autista em vários graus, tem aqueles mais severos que não conseguem acompanhar a escola regular e aí eles vão para outras instituições especializadas, tipo APAE ou Pestalozzi e o Rafael foi diagnosticado e o médico falou que ele pode frequentar escola ter uma vida acadêmica tudo no tempo dele, ele vai conseguir. ENTRA SONORA FABRÍCIO PARA COMPLEMENTAR. Ele é plenamente capaz, a gente sabe disso o que meu filho faz hoje a três quatros anos atras era inesperado para nós.”

SOBREPOR COM IMAGENS DO ARQUIVO DE TAREFAS DO RAFAEL, FACHADA APAE E PESTALOZZI

Entra Sonora Francilene Lisboa falando dos desafios em sala de aula

01:24-01:56

“Nós temos que saber como que eu vou receber essa criança...você tem que estar disposta a lidar com essa situação e não é fácil”

Entra Sonora Karla Barbosa falando da importância do ambiente escolar

0:12-01:25

“O Ambiente escolar ele ajuda em todos os sentidos na vida de uma criança...o ambiente escolar tem que ser 100% adaptado”

SOBREPOR COM IMAGENS DE ESCOLAS ADAPTADAS

Entra Sonora Juscelina falando do projeto da escola do Rafael

11:20-11:39/ 11:52-12:23

“ A escola do Rafael está com um projeto de abrir uma sala multifuncional que é uma determinação do MEC que a escola foi premiada alguma coisa assim, que vai vir recursos financeiros, pedagógicos para ser montado essa sala dentro da escola dele, o MEC vai mandar valores para a parte pedagógica todinha e isso vai ser bom, essa

sala a criança vai ter um espaço além da sala dela, não está bem ali, não consegue ficar na sala, porque eles têm a necessidade de sair ai vão estar em outra sala, nessa sala multifuncional com profissional que vai pegar eles fazer alguma atividade então assim é ir atrás de, sempre dessas coisas, desses recursos para fazer o melhor por eles.”

Entra Sonora Karla Barbosa falando sobre o acolhimento das escolas

0:12-01:25

“A gente sabe que não são todas as escolas todos os ambientes que realmente acolhem...trabalhem em conjunto para o desenvolvimento dela”

Entra Sonora Juscelina falando do momento de colocar o Rafael na escola

15:17-16:39

“Chegou o momento do Rafael ir para a escola ai o que eu fiz, vou ter que pôr no município, como que eu vou colocar ele na escola, foi um sofrimento muito angustiante por mais que a gente fique forte o tempo inteiro mas é conflitante, ai eu fiquei Deus como que vai para escola, eu sei que é um profissional só para uns 10 meninos na escola ai cheguei a matricular nesse lugar tudo e em uma tristeza ai eu falei assim, amor vamos visitar aquela escola lá perto da nossa casa que a gente mora em outro município que me falaram bem dessa outra escola que é boa, vamos passar lá por acaso, ai eu passei para conhecer a escola que é onde ele estuda agora, e assim logo no início eu me senti bem com o ambiente, senti um acolhimento muito bem com os profissionais que estavam lá a diretora então assim parece que eu fui, foi uma luz para mim para as angustias que eu estava, e nessa rede nesse município que o Rafael estão os profissionais são preparados, são pedagogos enquanto que na outra rede são só ensino médio qualquer profissional eles não avaliam direito o perfil e lá onde o Rafael esta eles olham muito bem o perfil do profissional”

SOBREPOR COM IMAGENS DE CRIANÇAS ENTRANDO NA ESCOLA, RAFAEL EM CASA

Entra Sonora Karla Barbosa falando o funcionário especializado

06:35-07:21

“A uma grande diferença entre uma pessoa que está dentro da casa com a criança...tem que haver uma mão de obra especializada.”

SOBREPOR COM IMAGENS DE PROFISSIONAIS DE APOIO EM SALA

Entra Sonora Fabrício falando da preocupação

05:34-06:04/ 06:44-07:01

“A minha preocupação especial é que grandes partes da secretaria adotam métodos de progredir as crianças de turmas ou de ano, não retém a criança mesmo ela não tendo aprendido praticamente mais do que a metade que deveria ser colocado para elas naquele período, parece que está tendo um progresso que não é factivo não é palpável. ENTRA SONORA JUSCELINA PARA COMPLEMENTAR “ele e outra crianças típicas também porque mesmo que as crianças com comportamentos típicos mesmo sem saber elas estão indo para frente então assim, isso aí já é um problema geral educacional que vem lá de cima.”

SOBREPOR COM IMAGENS DE GRÁFICOS DE APROVAÇÃO NO SISTEMA PÚBLICO

Entra Sonora Yuri Jackson falando dos recursos

01:05-02:23

“Para que isso aconteça na prática...deve ser incluído na mensalidade e distribuído entre todos os alunos”

SOBREPOR COM IMAGENS

Entra Sonora Fabío falando do filho

06:07- 06:43

“Meu filho está chegando à metade do terceiro ano e não tem uma leitura de mais de três ou quatro palavras, não tem a compreensão estrita ainda de uma frase simples

com um verbo, um sujeito e um predicado e a matemática dele extremamente limitada chego a dizer que nem mesmo soma e subtração consegue abstrair então a gente percebe que o sistema já está preparado para progredir ele sem ele ter o progresso.”

SOBREPOR COM IMAGENS DO RAFAEL FAZENDO ATIVIDADE EM CASA

Entra Sonora Francilene Lisboa falando da implementação

02:01-02:52

“Mas eu tenho que tomar esse cuidado para não achar que eu to somente colocando a criança ali...só ele sozinho ele não dá conta.”

ENTRA OFF 2: INFELIZMENTE NENHUMA ESCOLA SE MOSTOU DISPOSTA A ABRIR AS PORTAS PARA QUE MOSTRACEMOS O PROCESSO DE INCLUSÃO FEITO, E FICA AQUI UM QUESTIONAMENTO, EXISTE DE FATO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA? SOBREPOR COM E-MAIL DA SME NEGANDO A LIBERAÇÃO.

FIM

SOBE FICHA TÉCNICA

NEGATIVA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

<p>← ... 🗑️ 📧</p> <p>emilly richelle Para: dirpedgoiania@gmail.com Seg, 31/01/2022 11:26</p> <p>📎 PROJETO TCC- INCLUSÃO EDUCAC... DOCX - 15 KB</p> <p>Olá, Fui orientada pelo Gestor de Inclusão Adlair a mandar o e-mail para solicitar uma autorização de imagens.</p> <p>Segue em anexo projeto de TCC para avaliação, com o intuito de conseguir autorização para realizar as gravações em alguma instituição de ensino do município.</p> <p>Att, Emilly Richelle</p> <p>Contato: (62) 9 8405-3772 emillyrichelle@outlook.com</p> <p>Ok. Já autorizei. Segue a autorização.</p> <p>↳ Responder</p>	<p>← ... 🗑️ 📧</p> <p>Seg, 31/01/2022 11:41</p> <p>Eu sou estagiária aqui na SEMAD, atuo na área de assessoria da comunicação, será que por aqui eu poderia conseguir uma licença para poder efetuar o projeto?</p> <p>Minha matrícula caso queiram confirmar minha lotação: 1459350</p> <p>Obter o Outlook para iOS</p> <p>...</p> <p>Diretoria Pedagógica Para: emilly richelle Seg, 31/01/2022 11:36</p> <p>Prezada Emilly,</p> <p>Informamos a Vossa Senhoria que a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia/Superintendência Pedagógica/Diretoria Pedagógica autoriza somente alunos de Mestrado e Doutorado a realizarem pesquisas nas instituições desta Rede de Ensino, uma vez que proporcionamos todas as 371 instituições educacionais como campo de Estágio Curricular Obrigatório às Instituições de Ensino Superior que mantêm Convênio para tal, firmado com a Secretaria Municipal de Administração (SEMAD).</p> <p>...</p> <p>Ok. Já autorizei. Segue a autorização.</p> <p>↳ Responder</p>
---	---

SOLICITAÇÃO



Diretoria Pedagógica



Para: emilly richelle

Seg, 31/01/2022 12:01

Para ter acesso às Unidades Educacionais da Rede Municipal de Educação de Goiânia é necessário autorização da Superintendência Pedagógica/Diretoria Pedagógica.



emilly richelle



Para: Diretoria Pedagógica

Seg, 31/01/2022 11:41

Eu sou estagiária aqui na SEMAD, atuo na área de assessoria da comunicação, será que por aqui eu poderia conseguir uma licença para poder efetuar o projeto?

Minha matrícula caso queiram confirmar minha lotação: 1459350

Obter o [Outlook para iOS](#)



Ok.

Já autorizei.

Segue a autorização.



Responder

Termo de Autorização de Publicação de Produção Acadêmica



RESOLUÇÃO n° 038/2020 – CEPE

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Emily Ribelle Torres da Costa
do Curso de Journalismo, matrícula 20182012702916,
telefone 62 98405-3772 e-mail emillyribelle@outlook.com, na
qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos
Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a
disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado
Eu também quero aprender

gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme
permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato
especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND);
Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou
impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de
graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 09 de junho de 2022.

Assinatura do(s) autor(es): Emily Ribelle Torres da Costa

Nome completo do autor: Emily Ribelle Torres da Costa

Bernadete Coelho de Sousa
Assinatura do professor-orientador:

Bernadete Coelho de Sousa
Nome completo do professor-orientador:

